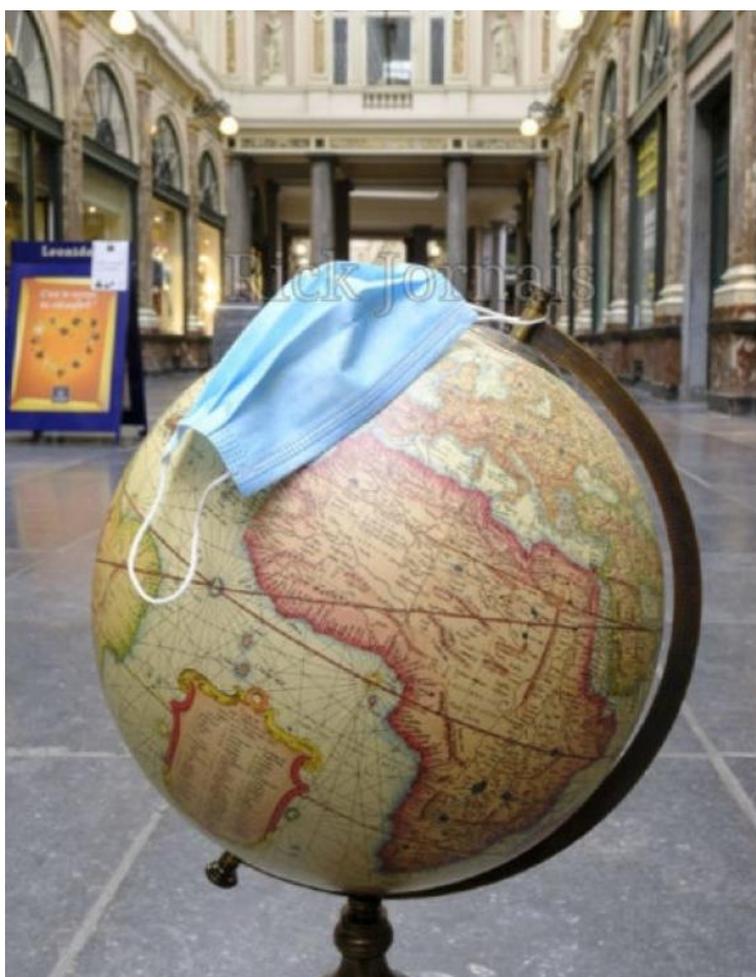


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº 19/2021
02 a 15 de novembro de 2021



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2021



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

| PG. | Tema | Autores |
|------------|---|---|
| 03 | Apresentação | <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i> |
| 06 | COP-26: o reconhecimento tardio da ciência e da saúde - a possibilidade de uma saída para o desastre | <i>Santiago Alcázar</i> |
| 10 | Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde | <i>Luiz Augusto Galvão</i> |
| 13 | Informe sobre as atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde | <i>Armando De Negri Filho</i> |
| 17 | Informe sobre as atividades dos Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde | <i>Armando De Negri Filho</i> |
| 23 | G77, MNA e cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde | <i>Regina Ungerer</i> |
| 33 | G20, Saúde Global e Diplomacia da Saúde | <i>Pedro Burguer, Vinicius Roland e Júlia Abbud Ribeiro</i> |
| 35 | OCDE, Saúde Global e Diplomacia da Saúde | <i>Pedro Burger e Thaiany Medeiros Cury</i> |
| 38 | Instituições Financeiras Multilaterais na Saúde Global e Diplomacia da Saúde | <i>Isis Pillar Cazumbá</i> |
| 41 | Informe BRICS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | <i>Claudia Hairisch</i> |
| 44 | Resposta da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Saúde Global e Diplomacia da Saúde | <i>Luana Bermudez</i> |
| 47 | América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde | <i>Sebastián Tobar e Miryam Minayo</i> |
| 53 | Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde | <i>Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg</i> |
| 57 | Pandemia dos não vacinados na Europa? | <i>Ana Helena Gigliotti de Luna Freire</i> |
| 59 | EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde | <i>Luiz Augusto Galvão</i> |
| 60 | China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde | <i>André Lobato</i> |

*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - pg. 63

**Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - pg. 64

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 19/2021 - 17 de novembro de 2021

Apresentação

A frustração com os resultados COP26, a inocuidade da Conferencia da Organização dos Estados Americanos (OEA) e o recrudescimento da pandemia na Europa, em razão da transmissão da enfermidade entre os não-vacinados, são os destaques da quinzena, trazidos à consideração dos leitores pelos analistas do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS/Fiocruz.

Alcázar trabalha no seu capítulo as frustrações sentidas na **COP26**, tão bem explicitadas no “blá, blá, blá” definitório utilizado pela ativista sueca Greta Thunberg. Contudo, traz uma importante análise das contribuições do **setor saúde** ao debate, discutindo os conteúdos dos informes sobre saúde apresentados no evento de Glasgow.

A **Organização Mundial da Saúde (OMS)** comandou o Show da Saúde durante a COP26 e obteve resultados importantes para o setor, apesar da decepção geral com o evento, segundo **Galvão**. O Diretor da OMS lançou uma iniciativa em conjunto com os presidentes das companhias fabricantes de vacinas para alcançar as metas mundiais de vacinação. Já a Diretora da OPS apelou aos países que continuem aumentando os gastos em saúde para compensar as perdas da atenção primária durante a crise sanitária mundial da Covid-19

De Negri dedica-se neste informe ao ‘*debriefing*’ da 48ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**, de 13 de setembro a 11 de outubro de 2021. As Resoluções aprovadas denotam uma ofensiva dos Países Não Alinhados, liderados pela China, para colocar em pauta a crítica aos obstáculos ao Direito ao Desenvolvimento, Aos Legados do Colonialismo e a afirmação da necessidade de uma nova Ordem Internacional, todos elementos que obstaculizam o acesso aos direitos humanos em condição de igualdade e afetam o Direito à saúde. Duas outras resoluções destacadas tratam dos direitos de idosos e jovens e suas desigualdades no contexto da Pandemia e para além dela. Também merecem destaque as próximas atividades do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento e seu debate sobre o Tratado do Direito ao Desenvolvimento e o Fórum Sobre Negócios e Direitos Humanos, contribuindo ao seu Tratado correspondente.

Um primeiro informe individualizado da atividade dos movimentos sociais e da sociedade civil global (especialmente os motivados pelo interesse público), elaborado por **De Negri**, apresenta uma abordagem da heterogeneidade desses atores e suas funções e potencialidades no cenário global. Foram identificados temas e organizações que emergiram como expressão da luta no marco da Pandemia da Covid -19, com novas e antigas lutas em torno ao direito à saúde, buscando construir uma tipologia que permita um acompanhamento mais sistemático e abrangente dessas atividades e agendas políticas. Igualmente seguimos o debate em torno de uma narrativa alternativa para entender o placo da disputa global, nos servimos para tanto de um texto de Roberto Savio em torno a um tratado mediterrânico. Destacamos finalmente atividades de debate em torno ao Tratado Pandêmico da OMS, as restrições à saúde pública nos EUA e as consultas sobre direito ao desenvolvimento na América Latina.

Nesta semana e coincidindo com a COP26, o **UNOSSC** e o UN Habitat (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos) lançaram, o relatório “*Experiências inovadoras de cidades: Sustentabilidade Ambiental e ação climática por meio da Cooperação Sul-Sul e*

Triangular” que afirma que as atividades urbanas estão contribuindo para as mudanças climáticas e a degradação ambiental, produzindo cerca de 70% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE), 70% dos resíduos globais e mais de 60% do consumo global de energia. Mas ao mesmo tempo, as cidades já lideram, com soluções inovadoras, a baixa emissão de poluentes contribuindo para a sustentabilidade ambiental incluindo energia, mobilidade, água, gestão de resíduos e redução do risco de desastres. Ainda segundo a análise feita por **Ungerer**, o G-77 e a China foram contundentes em seu pronunciamento pré COP 26, reproduzido integralmente neste informe, em que afirmam que os países desenvolvidos devem cumprir seus compromissos assumidos desde o Protocolo de Kioto e o Acordo de Paris, apoiando os países menos desenvolvidos. E que a COP26 deve trabalhar com um senso de urgência porque os impactos crescentes das mudanças climáticas afetam desproporcionalmente os países em desenvolvimento.

No âmbito da **Organização dos Estados Americanos (OEA)**, redatado por **Bermudez**. a última quinzena foi marcada pela realização da 51a Sessão Ordinária da Assembleia Geral, nos dias 10 a 12 de novembro. Foram discutidos diversos temas de interesse da região, e por fim foram aprovadas três declarações e quinze resoluções, incluindo uma Declaração sobre a situação no Haiti, uma Declaração sobre um “Renovado Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável Pós-Covid-19 nas Américas, e uma resolução sobre as eleições na Nicarágua.

Após a reunião de cúpula do **G20**, ocorreu, entre os dias 31 de outubro e 12 de novembro, a COP 26 do clima. A COP 26 ocorreu na esteira da declaração de Roma dos líderes do G20, que, entre outros temas, firmaram compromissos em saúde, desenvolvimento sustentável e apoio para países vulneráveis. Segundo **Burger et al** O compromisso de 110 países em acabar com o desmatamento até 2030 e o compromisso de 100 membros em diminuir emissões de metano em 30% merecem destaque. Este informe também aborda a reunião conjunta entre ministros da economia e da saúde sobre medidas de prevenção e combate às pandemias, indicando os compromissos assumidos pelos mandatários das pastas financeiras e sanitárias dos países do Grupo dos 20.

Para a quinzena, a **OCDE** prevê a publicação de novos relatórios relativos a temáticas fiscais para recuperação pós-pandêmica e desigualdade. De suma importância foi a divulgação do relatório *Health at a Glance 2021*, com destaques para a vacinação, o impacto da Covid-19 na saúde mental, entre outros temas, conforme informam nossos analistas setoriais, **Burger et al**.

Com a realização da COP 26, as atenções das instituições financeiras intensificaram-se em lançar ações a favor das mudanças climáticas e do desenvolvimento sustentável.

Nos **BRICS**, o presidente do NBD acrescentou que o momento atual representa “um novo capítulo da globalização” que favorecerá os países emergentes como os BRICS por meio do agronegócio e dos financiamentos em infraestrutura. E por falar em Banco BRICS, o BNDES fará a captação de US\$ 500 mi ao longo de quatro anos com o Banco para a criação de projetos voltados para a sustentabilidade climática. No que diz respeito às vacinas produzidas pelo Centro de P&D de Vacinas BRICS, todos os países do grupo são membros de blocos de livre comércio com o Brasil (Mercosul), a Rússia (União Econômica da Eurásia/EAEU), a Índia (SAARC/Sul da Ásia), a China (Parceria Econômica Regional Abrangente/RCEP)[1] da Ásia-Pacífico e a AS (Zona de Livre Comércio Continental Africana/AfCFTA). Juntos, esses blocos representam cerca de 70% da população global. Além do Centro, o BRICS também entende a necessidade de

instituir um Sistema Integrado de Alerta Precoce BRICS para prevenir os riscos de doenças infecciosas em massa.

Na última quinzena, após dois meses de queda, alguns países da região das Américas relataram um aumento das infecções por Covid-19. Neste período, em termos de **América Latina**, os analistas **Tobar e Minayo** destacam o Seminário Técnico sobre Acesso às Vacinas Covid-19 no MERCOSUL: Estratégias Nacionais e Possibilidades de Expansão da Capacidade Produtiva, realizado na Fiocruz; a 20ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do Comitê de Cooperação e Desenvolvimento do Caribe da CEPAL; o Seminário sobre a alta prevalência de doenças crônicas não transmissíveis no Caribe realizado pela CEPAL e Agência Caribenha de Saúde Pública (CARPHA); a assinatura de um acordo entre a CARPHA e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para alcançar a Segurança Sanitária na região do Caribe e a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA) sobre a reativação econômica pós pandemia e os protocolos de biossegurança para o setor do turismo na América Central.

Os analistas **Augusto Paulo e Rosenberg** sinalizam que, na **África**, de acordo com a OMS-AFRO, novos casos e mortes por Covid-19 continuam a diminuir durante quatro meses consecutivos. Com o depósito de 15º instrumento de ratificação, o Tratado para a criação da Agência Africana de Medicamentos entrou em vigor. O Institut Pasteur de Marrocos e o Centro Biomédico do Ruanda designados pelo CDC África Centros de Excelência em vacinação contra a Covid-19.

A **Europa** volta à condição de epicentro, vivendo uma nova onda que vem sendo chamada de pandemia dos não vacinados, segundo **Freire**. Os novos casos, contudo, também crescem em países com boa cobertura vacinal e Fiocruz alerta para este cenário, que pode se repetir no Brasil.

A **China** eleva novamente Xi Jinping como representante de uma nova era para o país, inserindo-o num patamar superior ao dos demais líderes do país, com exceção de Mao. Ainda segundo **Lobato**, comunicado conjunto com EUA sobre mudanças climáticas reforça a inevitabilidade da cooperação com a China para temas globais. Nova meta é vacinar todas as crianças entre 3 e 11 anos até o fim do ano. Farmacêuticas chinesas continuam a crescer em territórios que antes eram exclusivos para empresas ocidentais.

Nos **Estados Unidos** se observam aumentos na transmissão e no número de casos em alguns estados, aonde aos níveis de vacinação não estão abaixo da média nacional.

O CRIS realiza na próxima semana, em 24 de novembro, um **Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde** sobre a **COP26 do Clima e a COP15 da Biodiversidade e sua relação com a saúde**, contando com especialistas mundiais e nacionais de alto nível, além de representantes da sociedade civil. Todos nossos leitores estão convidados.

Numa quinzena de decepções, resta-nos o 'otimismo da vontade', nas célebres palavras do pensador marxista italiano Antonio Gramsci, isto é, que nosso empenho em lutar pela transformação de uma governança global, regional e nacional em prol da saúde se imponha, pelo menos a médio e longo prazo, às políticas de impacto negativo sobre a saúde humana e planetária.

Manguinhos, 17 de novembro de 2021

Paulo M. Buss e Pedro Burger - Coordenação do CRIS/Fiocruz

COP-26: o reconhecimento tardio da ciência e da saúde - a possibilidade de uma saída para o desastre

Santiago Alcázar

Sábado de manhã em Glasgow, os delegados à COP-26 nada tinham a celebrar. A Conferência sobre mudança de clima, que deveria ter sido encerrada na sexta-feira, arrastava-se penosamente com a consideração da terceira versão do projeto de documento conclusivo. A presidência, ocupada pelo Reino Unido, garantia que aquela seria a versão definitiva, ainda que os debates continuassem toda o dia. A tarefa dos delegados era encontrar as palavras e a redação que melhor refletissem o consenso.

Sábado à noite, finalmente, conseguiu-se o acordo. As primeiras reações dos presentes deixaram claro, como o sol de meio dia, que não somente o parto havia sido difícil, mas tampouco havia razão para comemorar. Para o enviado presidencial especial para o clima do Governo Biden, John Kerry, o resultado era bem-vindo, ainda que imperfeito. Para o representante da Coalização COP-26, que reúne as maiores organizações sobre meio ambiente e grupos da sociedade civil, o acordo final é uma traição inominável aos povos. Para o Presidente da COP-26, Alok Sharma, nenhuma palavra parecia capaz de conter as lágrimas de frustração que irromperam. Todos, contudo, davam sinais de entender que o compromisso alcançado era menos, talvez muito menos, do que a ciência vem recomendando para evitar o desastre ambiental.

É curioso que não se tenha seguido a ciência, pois a redação final do texto celebra, no capítulo "*Ciência e urgência*", o reconhecimento da importância da melhor ciência para fundamentar ações efetivas sobre o clima, bem como para a formulação de políticas. A redação compromete os líderes a utilizarem a lente da ciência para guiar as suas decisões. Não é pouca coisa, e o Primeiro-Ministro já havia manifestado por ocasião da Cimeira do G-20, alguns dias antes, que pela primeira vez o G-20 reconhecia o mérito científico da meta de 1,5°C. No mundo que nos toca viver, com negacionismos e charlatanismos de toda ordem ocupando espaços antes reservados à razão e ao bom senso, esse reconhecimento é algo a ser comemorado com efusão. Hoje, portanto, pode-se dizer que os líderes não mais negam o que diz a ciência. Há razão de sobra para comemorar, ainda mais quando aquele mesmo capítulo expressa *alarme e a mais alta preocupação* com as atividades humanas que causaram, até o presente, elevação global de 1,1°C, assim como com os impactos resultantes que estão sendo sentidos em toda parte.

Não é usual que textos negociados em foros multilaterais contenham termos dramáticos como "*urgência*" e expressões excessivas como "*mais alta preocupação*". O fato de terem sido admitidos no *sanctum sanctorum* das negociações diplomáticas revela algum grau de consciência por parte dos líderes com a gravidade da situação. Por que, então, decidiu-se enveredar pelo caminho que certamente levará à tragédia? Justamente, porque como personagens trágicos, seguem os passos que o destino lhes oferece e como autômatas fadados vão abraçados à própria morte.

O principal ponto de discórdia entre os que queriam mais e os que queriam menos foi a redação alcançada no capítulo "*Mitigação*" do documento final. No meio da espessa floresta de palavras encontra-se o pedido para acelerar a *progressiva diminuição do número de centrais a carvão em operação* (phasedown of unabated coal power) e *eliminar os ineficientes* subsídios de combustíveis fósseis (phase-out inefficient fossil fuel subsidies). Todo o drama se desenvolve

aqui. Diminuir progressivamente, eliminar subsídios ineficientes. Os que queriam mais clamavam pela eliminação (phaseout) das centrais a carvão, à luz da urgência reclamada pela ciência. A redação acabou contemplando necessidades da Índia, que assim ganha um tempo extra, ainda que seja discutível que isso seja possível, à luz da urgência da ciência, por todos reconhecida, inclusive pela Índia. Os que queriam mais tampouco viam, mais adiante naquela redação, a necessidade de adjetivar os subsídios como “ineficientes”, deixando aberta a possibilidade de que existem subsídios eficientes, o que constitui um absurdo, como se verá mais abaixo¹.

Enquanto se debatiam estas e outras importantes questões, realizava-se, em 6 de novembro, às margens da COP-26, a Conferência Global de Saúde e Mudança Climática. É interessante observar que o tema da saúde foi escolhido como a área de prioridade da ciência pela COP-26. A saúde vem assim ganhando espaço em foros políticos “extra saúde”. Com efeito, sob a presidência italiana do G-20, realizou-se a Cúpula Global sobre Saúde, em 21 de maio, em Roma. O mesmo G-20 criou, um pouco antes de Glasgow, a Força Tarefa de Ministros de Economia/Finanças e de Saúde, com vistas a adensar o diálogo e o entendimento entre essas duas áreas. Num mundo assolado pela pandemia e por sérias deficiências nos sistemas de saúde, é crucial que os ministros de economia/finanças acolham a lente que lhes é oferecida por seus colegas para que, a partir da visão ampliada, considerem o impacto que têm as suas políticas sobre a saúde dos povos. E, agora, na COP-26 toma-se a saúde como área prioritária da ciência, que parece ter ganho reconhecimento universal. É um avanço considerável que deve ser contrastado com a reclusão do tema, até pouco, à Organização Mundial da Saúde e a outras agências especializadas do sistema das Nações Unidas.

Para a COP-26 foi importante considerar o que é preciso fazer para criar sistemas de saúde resilientes à mudança climática, que ocorre de maneira imperturbável. Atualmente, segundo a OMS, apenas metade dos países teria planos estratégicos para absorver impactos climáticos sobre os sistemas de saúde. E desses, somente a metade teria grau de implementação alta ou moderada. A pandemia da Covid-19 deixou à mostra as deficiências desses sistemas, assoberbados pelo socorro em massa nos momentos mais críticos. A pandemia da Covid-19, dizem alguns, é a primeira em uma provável série que virá. Nesse contexto, preparar-se para outras que virão, identificar fragilidades e saná-las são ações que recairiam sob o capítulo “Adaptação” do documento final.

Igualmente importante para a COP-26 foi o desenvolvimento de sistemas de saúde sustentáveis, com considerável redução das emissões de carbono. Muitos talvez não saibam, mas o setor de saúde contribui com aproximadamente 5% de todas as emissões globais de gases de efeito estufa. Trabalhar para a saúde do planeta, ademais do fiel cumprimento do juramento de Hipócrates, é importante para mostrar liderança no esforço global de reduzir as emissões.

Ademais dessas ações, a Conferência das Partes de agora em diante deverá promover a inserção do tema da saúde nas propostas individuais dos países conforme os objetivos do Acordo de Paris sobre Mudança Climática. Essas propostas dos países configuram as chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs), posteriormente reunidas e avaliadas pelos técnicos do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, nas siglas em inglês) com o fim de situar os esforços coletivos dentro ou fora da curva prevista para manter o aquecimento global abaixo de 1,5°C. Ademais da inserção da saúde nas CNDs, a voz da saúde também passará

¹ O leitor interessado poderá acessar o documento final da COP-26 em https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cop26_auv_2f_cover_decision.pdf

a ser ouvida nas discussões sobre mudança de clima, tendo em conta o papel central que ocupa na ocorrência de crises globais.

A Conferência Global de Saúde e Mudança Climática usou como referências básicas o Manifesto da OMS, divulgado em maio deste ano, e o recente relatório desta Organização intitulado “Relatório Especial da COP-26 sobre Mudança Climática e Saúde: o argumento da saúde para a ação climática”. Os dois documentos são importantes passaportes de entrada da saúde para o debate sobre mudança de clima.

O Manifesto informa que 60% de todas as doenças infecciosas são resultado de saltos biológicos que ocorrem naturalmente quando uma forma de vida silvestre é ameaçada de extinção por conta do desmatamento contínuo e os efeitos de mudanças de clima. Os vírus e os micro-organismos são hóspedes naturais de animais silvestres. Quando estes desaparecem, por conta da ameaça de extinção, aqueles tentam um salto que poderá ou não dar certo dentro da lógica da evolução das espécies.

Outro ponto levantado pelo Manifesto é uma espécie de alerta aos políticos no sentido de que investimentos em serviços essenciais, como fornecimento de água, saneamento e energia, oferecem retornos significativos, ademais de contribuir para a melhora do meio ambiente. No mesmo sentido, o Manifesto chama atenção para tornar as cidades “habitáveis” – mais humanas seria melhor – com planos diretores de urbanização sustentáveis, explorando o potencial de fontes de energia limpa. O Manifesto também insiste em ter sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. Resta saber se os resultados da Cúpula dos Sistemas Alimentares, realizada em setembro, às margens da 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, concordam com essa prescrição da OMS, ou, de maneira mais ampla, com a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A última prescrição do Manifesto é a que mais facilmente ecoa com a COP-26: barrar o uso de dinheiro público para subsidiar a poluição, responsável por grande número de doenças e mortes prematuras. Para se ter uma ideia da dimensão desses subsídios, basta mencionar que alcançaram a soma de US\$ 400 bilhões em uma década. O Manifesto argumenta que se àquele montante fossem contabilizados os custos referentes aos danos à saúde e ao meio ambiente, a cifra alcançaria alguns trilhões de dólares, por ano.

É possível que os autores do Manifesto tivessem em mente o trabalho do economista Partha Dasgupta, que em fevereiro deste ano publicou estudo intitulado “*The economics of biodiversity: the Dasgupta review*”². Segundo esse relatório, o custo global anual de todos os subsídios que causam dano ao meio ambiente – agricultura, pecuária, pesca, combustíveis fósseis e água – situar-se-ia entre US\$ 4 a US\$ 6 trilhões. São cifras impressionantes, sufocantes mesmo diante do total de US\$ 68 bilhões que os governos dedicam todo ano a programas de conservação e sustentabilidade, o que seria equivalente ao que o mundo gasta todo ano em sorvetes. Como se pode observar, é difícil imaginar como podem existir subsídios dessa natureza que possam ser eficientes.

O relatório especial da COP-26, o segundo documento orientador da Conferência Global sobre Saúde e Mudança Climática, foi disponibilizado na segunda semana de outubro. O ponto de partida desse documento é a observação de que o impacto da mudança de clima sobre a saúde é mais severo nos países mais pobres. Com a pandemia as inequidades, que já existiam,

²https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/957629/Dasgupta_Review_-_Headline_Messages.pdf

explodiram e se tornaram muito maiores. Saúde e equidade são centrais para alcançar as metas do Acordo de Paris. A proteção à saúde, no entanto, exige ações transformadoras que perpassam diversos setores – energia, transportes, sistemas alimentares, finanças, bem como a forma de utilizar os bens e serviços da Natureza. O relatório apresenta dez recomendações à COP-26 que, se adotadas, podem ser centrais para salvar a saúde e o clima.

Tal como o convite formulado pela COP-26, a saúde deve ter de agora em diante um papel preponderante nas discussões e na formulação de políticas de clima. Mais forte, o relatório recomenda situar a saúde e a justiça social no centro do debate sobre mudança de clima nos foros multilaterais. As recomendações são muito semelhantes às prescrições contidas no Manifesto. O que deve ser destacado, entretanto, é a “súbita” importância da saúde, que assim alcança condição de estrelato. A pandemia da Covid-19 terá contribuído para essa mudança de perspectiva, afinal há praticamente dois anos que o vocabulário da saúde invade todas as conversas, todas as notícias e todos os sonhos.

Na abertura da Conferência Global de Saúde e Mudança Climática, o Diretor Geral da OMS, Tedros Adahnon, dirigiu mensagem de vídeo aos participantes do evento em Glasgow. Para o DG, as recomendações do relatório são como elementos de uma receita para construir um mundo mais saudável, mais justo e resiliente ante a ameaça conjunta da pandemia e da mudança de clima. Por sua vez, a convidada especial, Mary Robinson, ex-Presidente da Irlanda e ex-Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, congratulou-se com o reconhecimento, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, do direito a um meio ambiente saudável como um direito humano fundamental.

O reconhecimento da ciência e, por tabela, da saúde como lentes definidoras da realidade é muito importante. Os resultados ficaram muito aquém, mas talvez agora, com esse reconhecimento sincero, possa ser possível fazer um cavalo de pau e evitar o desastre. É de se esperar que os nossos líderes não sofram também de autismo.

Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

A OMS liderou as iniciativas de Saúde na COP26, incluindo os programas de apoio aos países no desenvolvimento de Sistemas de Saúde Resilientes ao Clima e Sustentáveis e o de Sistemas de Saúde com Baixa Emissão de Carbono. Os países assumiram compromissos com essas iniciativas os quais devem ser implementados nos próximos anos.

De forma específica para avançar na iniciativa de Sistemas de saúde resilientes ao clima os países de comprometeram a:

- Realizar avaliações de mudanças climáticas e vulnerabilidade e adaptação à saúde (V&A) em nível de população e/ou unidade de saúde no prazo estabelecido;
- Desenvolver um Plano Nacional de Adaptação de saúde informado pelo V&A de saúde, que faz parte do Plano Nacional de Adaptação a ser publicado no prazo estabelecido;
- Usar o V&A e o HNAP para facilitar o acesso ao financiamento de mudanças climáticas para a saúde (por exemplo, propostas de projetos enviadas ao Fundo Ambiental Global, Fundo Verde para o Clima, Fundo de Adaptação ou programa de Preparação do GCF).

Em relação aos Sistemas de saúde de baixo carbono sustentáveis os países se comprometeram a:

- Definir uma data limite para atingir as emissões líquidas zero do sistema de saúde (ideal 2050).
- Realizar uma avaliação básica das emissões de gases de efeito estufa do sistema de saúde (incluindo cadeias de abastecimento)
- Desenvolver um plano de ação ou roteiro no prazo estabelecido para alcançar a condição de sistema de saúde de baixo carbono e sustentável (incluindo cadeias de abastecimento) que também considere a exposição humana à poluição do ar e o papel que o setor da saúde pode desempenhar na redução da exposição à poluição atmosférica por meio de suas atividades e ações.

Também durante a COP26 houveram outras iniciativas de saúde como:

Aumentar a voz dos profissionais de saúde como defensores da ação climática.

Receituário de Clima Saudável (The Healthy Climate Prescription) que é uma carta da comunidade de saúde em todo o mundo aos negociadores nacionais do clima da COP26, apelando para que se tome uma ação eficaz para limitar o aquecimento a 1,5 C, aumentar o financiamento de países de alta renda para apoiar as transições de países de baixa renda e fortalecimento do investimento em adaptação e resiliência.

Um editorial conjunto em mais de 200 periódicos de saúde exortou os governos a tomar medidas de emergência para enfrentar os “danos catastróficos à saúde” das mudanças climáticas.

A iniciativa Aliança de Pesquisa sobre Adaptação para Saúde (Adaptation Research Alliance-ARA) também esteve presente. ARA é um esforço global coordenado pelo Escritório de Relações Exteriores, Comunidade e Desenvolvimento do Reino Unido (FCDO) para aumentar o investimento e as oportunidades de pesquisa-ação para desenvolver e informar soluções de adaptação eficazes.

A inclusão de prioridades de saúde nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). A Iniciativa da OMS sobre Avaliação dos Co-benefícios para a Saúde dos NDCs apóia os países a fortalecerem a inclusão da saúde em seus NDCs, quantificando os co-benefícios potenciais para a saúde dos compromissos nacionais de mitigação do clima.

O Director General, Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus continua buscando oportunidades para aumentar o acesso às vacinas. Em conjunto com os chefes do Fundo Monetário Internacional, do Grupo Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio foram realizadas duas consultas de alto nível com os CEOs das principais empresas fabricantes de vacinas COVID-19. Na reunião, todos os participantes concordaram com a urgência de entregar mais doses de vacina para países de baixa renda, onde menos de 2,5% da população foi totalmente vacinada.

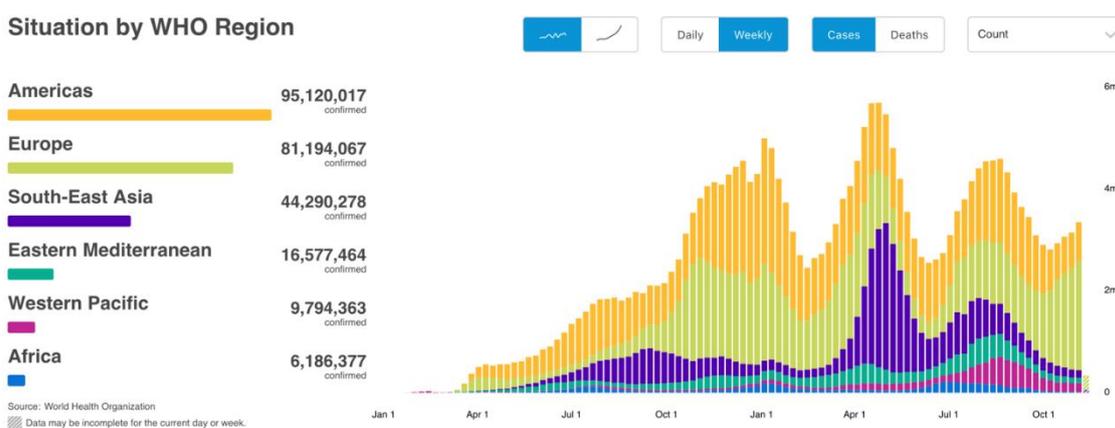
O objetivo da reunião foi identificar como garantir uma distribuição mais equitativa das vacinas e todos os participantes se comprometeram a continuar trabalhando juntos para obter maior clareza sobre doações, trocas de vacinas e cronogramas de entrega para que a distribuição das vacinas que salvam vidas possam ser mais efetivamente direcionadas aos países mais necessitados.

Também foi discutida a perspectiva para 2022, com foco na diversificação da manufatura entre as regiões, além de fortalecer a colaboração para alcançar a meta global de vacinar 70% das populações de todos os países até meados do ano. O grupo reconheceu os progressos na diversificação da manufatura, com novas parcerias em várias regiões do país em desenvolvimento, e ressaltou a necessidade de continuar a fortalecer essa colaboração manufatureira.

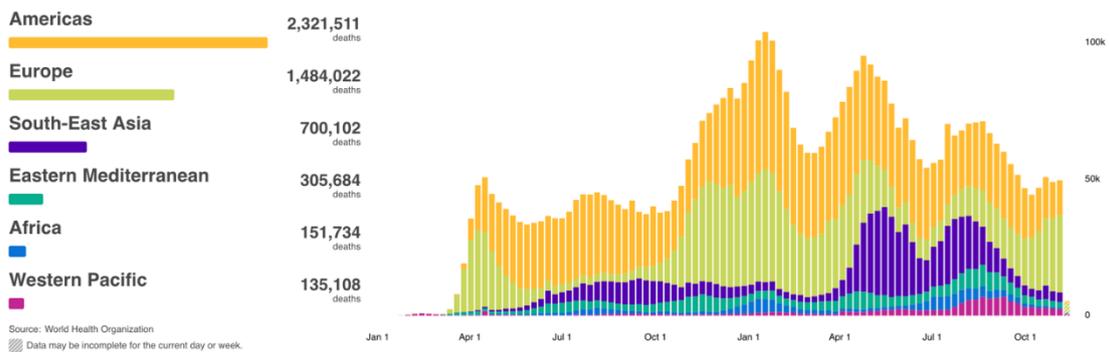
Situação epidemiológica mundial

Globalmente, em 15 de novembro de 2021, foram notificados 253.163.330 casos de COVID-19, incluindo 5.098.174 mortes e foram aplicadas 7.307.892.664 doses de vacina, segundo a OMS.

COVID-19 casos notificados semanalmente pela Região da OMS, e mortes globais Situação por Região



Situation by WHO Region



OPS

A OPS lançou uma campanha para aumentar os gastos com saúde pública para melhorar os serviços de atenção primária mais afetados pela crise sanitária da Covid-19, como os programas de vacinação de rotina.

A Diretora da OPS lançou essa campanha em resposta às graves interrupções nos serviços essenciais de atenção primária à saúde. Ela disse:

“investimentos urgentes são fundamentais para melhorar os sistemas de saúde continuamente enfraquecidos pela pandemia. O subinvestimento crônico tornou as Américas vulneráveis à COVID-19. Com o aumento dos casos em algumas partes da região após um declínio de dois meses, é essencial que os países permaneçam vigilantes e priorizem os gastos públicos com saúde para que ninguém seja deixado para trás.”

A OPS também noticiou que as taxas de vacinação continuam aumentando, alcançando uma cobertura geral de 48% na América Latina e no Caribe e que a OPAS continua trabalhando com os fabricantes para garantir doses adicionais.

Informe sobre as atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Este informe está dedicado essencialmente ao *debriefing* da 48ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, realizado de 13 de setembro a 11 de outubro de 2021. A Sessão foi estendida em tempo, o que refletiu o volume e densidade dos debates que resultaram em um conjunto importante de Resoluções, cuja primeira parte é aqui apresentada.

Destacam-se as resoluções de interesse para a Saúde Global e Diplomacia em Saúde a partir da dimensão estratégica de objetos que afetam tanto a determinação social da saúde como também aquelas que se relacionam com as necessidades especiais de populações frente à pandemia.

Por isso começamos pelo destaque das resoluções que afetam as possibilidades de alcançar o pleno direito à saúde em um contexto pandêmico, em que se tornam mais evidentes as necessidades de mudanças estruturais na ordem política e econômica mundial.

1. A resolução sobre a “Promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa” reflete a antiga aspiração do Sul Global de uma ordem internacional capaz de superar as desigualdades e suas causas no âmbito internacional. [A/HRC/RES/48/8 - E - A/HRC/RES/48/8 -Desktop \(undocs.org\)](#) e como corresponde, não conta com unanimidade em sua adoção.
2. Resolução sobre o “Impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos” [A/HRC/RES/48/7 - E - A/HRC/RES/48/7 -Desktop \(undocs.org\)](#). A qual reconhece com preocupação que os legados do colonialismo, em todas as suas manifestações, como exploração econômica, desigualdade dentro e entre Estados, racismo sistêmico, violações dos direitos dos povos indígenas, forma contemporânea de escravidão e danos ao patrimônio cultural, tem impacto negativo sobre o exercício efetivo de todos os direitos humanos. Debate fundamental para poder enfrentar os mecanismos que perpetuam as desigualdades e injustiças no direito à saúde. Outro debate fundamental que espelha o confronto entre as velhas metrópoles e as sociedades pos-coloniais, expresso em uma adoção por maioria.
3. Na Resolução de reforço ao “Direito ao Desenvolvimento” [A/HRC/RES/48/10 - E - A/HRC/RES/48/10 -Desktop \(undocs.org\)](#), se reconhece que a desigualdade é o grande obstáculo para a realização do direito ao desenvolvimento dentro e entre todos os países, expressando preocupação com o crescente número de casos de violações e abusos de direitos humanos por corporações transnacionais e outras empresas empresariais, ressaltando a necessidade de garantir que proteção, justiça e remédios adequados sejam fornecidos às vítimas de violações e abusos de direitos humanos resultantes das atividades dessas entidades, e ressaltando o fato de que eles devem contribuir para os meios de implementação para a realização do direito ao desenvolvimento, e que a implementação bem-sucedida dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável exigirá o fortalecimento de uma nova ordem social e internacional mais equitativa na qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados. Igual que nos temas anteriores que questionam a ordem hegemônica global, houve aprovação por maioria, colocando os Países Não-Alinhados em confronto com os Países Europeus e seus aliados do Sul.

4. Resolução histórica, comemorada pelos movimentos ambientalistas e da saúde, sobre “O direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável” [A/HRC/RES/48/13 - E - A/HRC/RES/48/13 -Desktop \(undocs.org\)](#) . Reconhece que o impacto das mudanças climáticas, o manejo insustentável e o uso dos recursos naturais, a poluição do ar, da terra e da água, o manejo insano de produtos químicos e resíduos, a consequente perda de biodiversidade e o declínio dos serviços prestados pelos ecossistemas interferem na fruição de um ambiente limpo, saudável e sustentável, e que os danos ambientais têm implicações negativas, diretas e indiretas, para o efetivo gozo de todos os direitos humanos, reconhecendo também que, embora as implicações nos direitos humanos dos danos ambientais sejam sentidas por indivíduos e comunidades em todo o mundo, as consequências são sentidas de forma mais aguda pelos segmentos da população que já estão em situação de vulnerabilidade, incluindo povos indígenas, idosos, pessoas com deficiência, e mulheres e meninas. Reconheceu-se ainda que a degradação ambiental, as mudanças climáticas e o desenvolvimento insustentável constituem algumas das ameaças mais urgentes e sérias à capacidade das gerações presentes e futuras de usufruir dos direitos humanos, incluindo o direito à vida, reconhecendo que o exercício dos direitos humanos, incluindo os direitos de buscar, receber e transmitir informações, participar efetivamente na condução do governo e dos assuntos públicos e na tomada de decisões ambientais e de uma efetivo remédio, é vital para a proteção de um ambiente limpo, saudável e sustentável. Resolução adotada sem votos contrários, apenas quatro abstenções, denotando uma despolitização do tema a partir de uma ideia de diluir responsabilidades.
5. Resolução que estabelece o Mandato do Relator Especial sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas [A/HRC/RES/48/14 - E - A/HRC/RES/48/14 -Desktop \(undocs.org\)](#) . A Resolução expressa a determinação do CDH em contribuir para os esforços contínuos em todos os níveis para enfrentar o impacto adverso das mudanças climáticas no gozo dos direitos humanos, à luz de dados e avaliações científicas, e de forma bem integrada para o progresso da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, do Acordo de Paris e da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, bem como para a promoção, proteção, realização e gozo dos direitos humanos por todos em todos os lugares. Para tanto decide nomear, por um período de três anos, um relator especial sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas. Também adotada sem oposição.
6. Painel de discussão intersessional sobre o “Direito à seguridade social no mundo do trabalho em mudança” – 01/11/2021 [OHCHR | HRC Intersessional panel discussion on the right to social security in the changing world of work – 1 November 2021](#) veja documentos de referencia e veja o vídeo do painel em <https://media.un.org/en/webtv>. Importante debate sobre uma das dimensões que vem sendo projetada para o enfrentamento da Pandemia e o Pós-Pandemia: um novo Contrato Social e um sistema de proteções sociais fortalecido.
7. Resolução “Direitos humanos das pessoas idosas” [A/HRC/RES/48/3 - E - A/HRC/RES/48/3 - Desktop \(undocs.org\)](#)
“Reconhecendo que os idosos enfrentam uma série de desafios particulares no gozo de seus direitos humanos, incluindo, entre outros, nas áreas de prevenção e proteção contra a violência, abuso e negligência, proteção social, alimentação e moradia, direito ao trabalho e acesso ao mercado de trabalho, igualdade e não discriminação, acesso à justiça, novas tecnologias, educação, treinamento, apoio à saúde, cuidados de longo prazo e paliativos,

aprendizagem ao longo da vida, participação, acessibilidade e trabalho de cuidado não remunerado. Profundamente preocupados que as pessoas idosas, em particular as pessoas idosas com deficiência e aquelas com condições de saúde subjacentes, tenham sido desproporcionalmente afetadas pela pandemia COVID 19, que além da alta morbidade e mortalidade exacerbou as desigualdades pré-existentes. Tendo em vista que o ageísmo é uma atitude amplamente prevalente e prejudicial que pode repousar no pressuposto de que a negligência e a discriminação contra pessoas idosas são aceitáveis, e que o ageísmo é a fonte comum da justificativa e da força motriz por trás da discriminação etária, reconhecendo que o ageísmo compõe outras formas de discriminação e afeta negativamente a participação das pessoas mais velhas em todos os aspectos da sociedade.”

Esta Resolução destacou de forma importante as desigualdades que afetam distintamente o processo de longevidade das populações entre classes sociais e condições de proteção entre nações, destacando as múltiplas dimensões do cuidado dos idosos e a necessidade de eliminar a discriminação contra os mesmos. Tema de enorme relevância para os países do Sul Global em acelerado processo de transição demográfica e com sistemas de proteções sociais restringidos pelas políticas de austeridade fiscal.

8. Implicações dos direitos humanos da pandemia COVID-19 sobre os jovens [A/HRC/RES/48/12 - E - A/HRC/RES/48/12 -Desktop \(undocs.org\)](#)

A Resolução adotada saúda a realização da Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelo Fórum da Juventude e juventude Lisboa+21, em Lisboa, nos dias 22 e 23 de junho de 2019, e observa com agradecimento sua Declaração sobre Políticas e Programas da Juventude, especialmente no que diz respeito ao empoderamento dos jovens e seus representantes, ao compromisso de proteger, respeitar e cumprir os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos os jovens, proteger os mais desfavorecidos e os em situação de vulnerabilidade e contribuir para a criação de indicadores para avaliar o impacto das políticas e programas juvenis; Insta os Estados a garantir que todos os direitos humanos sejam respeitados, protegidos e cumpridos durante o combate à pandemia COVID-19, e que suas respostas à pandemia estejam em pleno cumprimento de suas obrigações e compromissos de direitos humanos; Ressalta a importância fundamental da igualdade de oportunidades, 12 anos de educação de qualidade e formação técnica e profissional, e a importância de oportunidades de aprendizagem contínua e orientação para jovens e adolescentes, incluindo meninas, para o gozo de todos os direitos humanos por todos os jovens, acesso igualitário para as meninas à educação de qualidade e de eliminar leis e práticas discriminatórias que as impeçam de ter acesso, completar e continuar sua formação, incluindo a transição do ensino fundamental para o médio; Salaria também a necessidade de abordar todas as formas de discriminação, que colocam mulheres e meninas em maior risco de exploração, violência e abuso, e implementar medidas para prevenir e eliminar estereótipos baseados em deficiência, gênero, idade, raça e xenofobia, *ableismo*, estigma, normas sociais negativas, atitudes e comportamentos que causem ou perpetuem discriminação e violência contra mulheres e meninas...

Sobre os eventos do próximo período

Cabe destacar a realização da 22ª sessão do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento, [OHCHR | 22nd session of the Working Group on the Right to Development](#) de 22 a 26 de Novembro de 2021, 11:00-13:00 e 15:00-17:00, horário de Genebra. Cuj agenda tem como centro o debate sobre a Proposta de Texto para um Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento, cujo processo de votação entrara' na pauta do CDH provavelmente em

setembro de 2022 e na AGNU em 2023, consolidando elementos fundamentais para a saúde global no marco do desenvolvimento.

Igualmente merece destaque a realização do 10º Fórum Anual sobre Negócios e Direitos Humanos. [OHCHR | 2021 UN Forum on Business and Human Rights](#) . Este Fórum tem relação como o Tratado também em debate no CDH sobre os Direitos Humanos e as Transnacionais, tema que está ganhando novamente dinamismo e que tem enormes repercussões para os temas de saúde global e a diplomacia em saúde, envolvendo a Big Pharma e a atual inequidade em acesso a vacinas, produtos de interesses à saúde, financierização do asseguramento e da atenção e a migração de trabalhadores da saúde em escala global. OHCHR | Fórum das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos ocorre de 29 de novembro a 1 de dezembro de 2021 e marca o 10º aniversário dos Princípios Norteadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos, que será o tema central do Fórum de 2021. Este marco oferece uma oportunidade de olhar para o progresso e os desafios até o momento e, mais importante, para inspirar um impulso renovado para a implementação global ampliada pelos Estados e empresas na próxima década. O Fórum de 2021 também vem em um momento em que o mundo enfrenta uma convergência de crises — que vão desde os custos humanos e financeiros contínuos do COVID-19 até a crise climática existencial, a crescente desigualdade, a discriminação sistêmica e generalizada de gênero e racial, o encolhimento do espaço cívico e as consequências humanas dos desenvolvimentos tecnológicos. Nesse contexto, o Grupo de Trabalho está fazendo um balanço dos primeiros dez anos dos Princípios Orientadores e desenvolvendo um roteiro para a próxima década ("UNGPs 10+"), previsto para ser lançado no segundo semestre de 2021.

Informe sobre as atividades dos Movimentos Sociais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Ao inaugurar esta série de informes, dedicados exclusivamente à dinâmica dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil internacional que gravitam de forma direta ou indireta em torno ao tema da saúde (notadamente aqueles devotados ao Interesse Público), torna-se obrigatório caracterizar este objeto complexo chamado sociedade civil.

Não é possível compreender a sociedade civil ignorando sua heterogeneidade. Por anos tem havido uma absoluta ausência de distinção entre as entidades do setor social privado que buscam o interesse público (organizações não governamentais, movimentos sociais, organizações sindicais, associações comunitárias, alguns grupos de defesa, organizações humanitárias) e as que representam ou pertencem ao setor industrial lucrativo ou ainda aquelas que representam interesses de governos. A fronteira corre o risco de ser ainda mais turva do que se possa imaginar, e do que seria desejável, devido à mobilidade de várias organizações na sua relação escorregadia com o setor privado - seja através de financiamentos ou alianças operacionais - e sobretudo devido ao surgimento de novas entidades de "ativismo" e pressões políticas que atuam a serviço dos interesses industriais, dos quais são financiados. Um exemplo clássico são as organizações de pacientes e grupos de frente da indústria farmacêutica (que os financia).

A inclusão da sociedade civil, por mais heterogênea e complexa que ela seja, consegue criar espaços de fala para realidades que não costumam ser ouvidas, que por sua vez ganham experiência nas articulações dos processos decisórios, tornando visíveis interesses públicos, de populações e territórios sociais. Também desempenha um papel fundamental no apoio técnico às delegações individuais de países que, impossibilitados de enviar representantes fortes devido aos limites econômicos e competências técnicas, muitas vezes se encontram mal preparados sobre os temas em discussão e, portanto, ainda mais à mercê de efeitos diretos e indiretos dos ex-colonizadores, os países industrializados e seus aparatos de conhecimento, técnicos, econômicos e político diplomáticos.

Na luta pelo interesse público em tempos de Pandemia, vários movimentos e organizações da Sociedade Civil Global projetaram suas agendas e lutas políticas de forma consistente, criando processos estratégicos para uma Agenda renovada pela Saúde de todos os Povos e Nações. Sem querer ser exaustivos mas buscando ir criando um mapa de temas de seguimento para a saúde global, identificamos os seguintes núcleos e suas organizações e movimentos de destaque, que nos permitam fazer um monitoramento mais sistemático em contínua qualificação e expansão de fontes e perspectivas:

- a luta pela suspensão ou eliminação dos direitos de propriedade intelectual e o acesso a vacinas e demais recursos sanitários, incluindo medicamentos para enfrentar a Pandemia e para além dela; <https://www.southcentre.int>; <https://twn.my> <https://www.msf.org>

- a necessidade de equilibrar / fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde e de proteções sociais para responder às necessidades das populações no marco do direito universal à saúde; www.fsmsss.org.br <https://phmovement.org> <https://www.medecinsdumonde.org>
<https://www.sustainablehealthequity.org>

- pelo fortalecimento da OMS como espaço democrático de governança global em saúde, o que inclui o debate atual sobre a oportunidade e alcance de um Tratado Pandêmico ou de um Tratado sobre Saúde Global <https://g2h2.org> <https://www.sustainablehealthequity.org>

- pela proteção dos sistemas de produção científica e tecnológica da indústria nacional soberana para a suficiência da produção necessária para garantir o direito à saúde; <https://progressive.international>

- pelo aumento e qualificação das proteções sociais com justiça tributária e fiscal; <https://taxjustice.net>

- pela suspensão das dívidas e revisão da arquitetura das dívidas <https://www.latindadd.org>;

- pela efetividade do combate à pobreza mediante a redistribuição efetiva de riquezas no marco de um desenvolvimento com justiça social e ambiental; <https://laudatosimovement.org> www.fsmsss.org.br

- pela garantia da soberania e segurança alimentar; <https://www.fian.org>

- pela mudança do modo de produção de alimentos e a eliminação das condições que geram o risco de novas pandemias, incluindo aspectos ambientais e padrão de produção de alimentos; <https://viacampesina.org>

- pela desmercantilização de todos os bens comuns (the commons) da humanidade, incluindo terra, ar, água, alimentos, energia, habitação, transporte, serviços de educação, saúde, crédito e moeda, etc. ; [Agora Habitants de la terre – Agora Habitants de la terre \(agora-humanité.org\)](http://Agora Habitants de la terre – Agora Habitants de la terre (agora-humanité.org))

- pela proteção do trabalho, salários e incorporação de valor ao trabalho em detrimento do capital. Por uma nova economia do cuidado e a defesa da Renda Básica. www.world-psi.org <https://csa-csi.org>

A busca de uma ou mais narrativas alternativas, abrangentes e potentes que permitam entender as dinâmicas estruturantes e as vezes nem tão evidentes a uma primeira leitura, também são objeto de interesse e justamente apresentamos um texto de Roberto Savio, conhecido jornalista italiano e atuante em várias frentes da sociedade civil internacional para ajudar-nos a entender a totalidade complexa do debate que envolve a saúde global e a diplomacia em saúde em um mundo multipolar, com um multilateralismo evanescente a crises sobrepostas no marco de uma hegemonia neoliberal. Segue o texto traduzido do italiano:

“Um grande grupo de intelectuais e ativistas das duas margens do Mediterrâneo decidiu elaborar um tratado. Eles me pediram para enviar uma contribuição. Recordo a você o que foi escrito, porque generosamente você me envia críticas e sugestões. Então, como solicitado, eu envio minha intervenção, posta em ordem. Direi muitas coisas em poucas palavras e, portanto, incompletamente. Mas se precisar de esclarecimentos ou análises aprofundadas, eu continuo disponível. Nenhum acordo sobre o Mediterrâneo pode ser enquadrado sem antes partir de uma observação fundamental:

1) Não estamos mais em um mundo multilateral, como tem permanecido na retórica oficial, mas em um mundo multipolar. O multilateralismo nasceu da tragédia da Segunda Guerra Mundial. Os países vitoriosos queriam evitar uma nova guerra mundial, e pediram a criação das Nações Unidas, a adoção da Carta dos Direitos Humanos, e estabeleceram que o direito internacional era a base das relações internacionais, para fazer reais os valores da Paz, do Desenvolvimento, da Solidariedade e dos direitos dos cidadãos, os valores sobre os quais criar

relações internacionais (reservando-lhes os cinco assentos dos Membros Permanentes do Conselho de Segurança, concebido para buscar a manutenção da paz).

2) O multilateralismo sofreu uma erosão progressiva para os interesses das grandes potências. Estive na Cúpula do Diálogo Norte – Sul de Chefes de Estado em Cancun, em 1981, como Diretor de Comunicações. O recém-eleito Ronald Reagan, que encontrou uma costa europeia em Margaret Thatcher, declarou que não aceitava que os Estados Unidos, que sozinhos tinham o orçamento de oitenta países do mundo, fossem prisioneiros de uma camisa de força, que se baseava no consentimento de todas as nações. Favoreceu os interesses nacionais em vez dos multilaterais. Promoveu a criação da Organização Mundial do Comércio, não parte das Nações Unidas, tirando da ONU um dos dois motores da globalização: o comércio. O outro motor, finanças, com os acordos de Bretton Woods, nasceu fora das Nações Unidas. As questões "não produtivas" permaneceram na ONU: saúde, educação, ajuda ao desenvolvimento, população, modernização da agricultura, meio ambiente etc.

Posteriormente, com a criação dos G7-8, 20...do Fórum Econômico de Davos e da proliferação de outras iniciativas, foram criadas áreas de reunião e tomada de decisão fora das Nações Unidas.

3) Os valores do multilateralismo também foram severamente corroídos. Recentemente, desde a queda do Muro de Berlin, em 1989, o paradigma da globalização neoliberal introduziu um novo conjunto de valores, todos baseados no mercado e não no homem: concorrência, sucesso, riqueza, individualismo (a sociedade não existe, há indivíduos, Margaret Thatcher); (a riqueza traz riqueza, pobreza: os ricos não devem ser tributados, Ronald Reagan). Essa ilusão de que a globalização "empurraria todos os barcos" durou até a crise de 2009. Vinte anos de educação em ganância. Desapareceram da linguagem política os termos solidariedade, justiça social e o conceito de desenvolvimento foram substituídos pelo do crescimento.

Desde 2009, a era do medo nasceu. Agora ficou claro: os ricos ficaram ainda mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. O local de trabalho é incerto: uma vida digna é incerta; uma aposentadoria digna é incerta. Soma-se a isso a denúncia do clima, que levou os Yellow Jackets a se revoltarem contra o aumento do diesel de 11 centavos de euro. As ondas de imigração, em grande parte criadas por nossas intervenções para mudar regimes no Iraque, Síria e Líbia, o aumento da pobreza e do conflito em muitos países, levam a uma grande onda de imigração na Europa. A imigração, a defesa da identidade nacional, levou ao nascimento de partidos de extrema direita e soberanos em todos os países europeus (antes de 2009 só havia Le Pen na França). Historiadores dizem que os dois grandes motores da mudança na história são a Ganância e o Medo... depois de vinte anos do primeiro, estamos nos vinte anos do segundo...

4) Nasce assim um mundo multipolar, onde surgem os Bolsonaros, os Trumps (que retorna em 2024), os Erdogan, os Morsi, os Orban, os Kacynski, os Putins, os Modi, os Xi, os Duterte, retomam as velhas armadilhas da Primeira Guerra Mundial: em nome de Deus, em nome da Nação, ao qual se acrescenta o nome do dinheiro. Até agora as finanças e a alta tecnologia estão acima de qualquer nação, e eles criam suas próprias leis. O multilateralismo é visto como uma camisa de força, contrariando os interesses nacionais. A Europa, criada pelo Plano Marshall, que força os alemães e os franceses a construir em conjunto, tem uma divisão Norte-Sul e uma divisão Leste-Oeste. Os países do Oriente entram imediatamente na OTAN e, conseqüentemente, a União Europeia, que cresce rapidamente para 27 países, provavelmente muito cedo. Hoje, no crescente confronto EUA-China, deve encontrar seu próprio papel. Trump

e a pandemia forçam um reavivamento das políticas da UE, cujo futuro permanece incerto, inclusive pela saída de Merkel.

E assim, um Tratado sobre o Mediterrâneo deve partir da realidade atual, e ser baseado em temas visíveis, mas não óbvios. Quais são esses temas? Problemas que afetam as duas praias? Na minha opinião, os mais fáceis e comuns são:

A) **Clima.** De acordo com as projeções da última Mari-2050 Report, veremos uma elevação do mar de um metro e 20 centímetros em 2040. Pense em Veneza, Gênova, e muitas cidades, de Tunísia a Tânger... além disso, o Mediterrâneo tem um destino trágico. Enquanto Glasgow fantasia com "compromissos vinculativos" sobre como parar o aumento da temperatura para 1,5 graus desde a revolução industrial, (e já estamos em 1,1), o Mediterrâneo já está em 1,5: Junto com o Ártico, e a área que aquece mais rapidamente. 20% a mais do que a média global. Todas as populações costeiras serão afetadas. Só no Delta do Nilo, trata 100 milhões de pessoas. E se o Mediterrâneo continuar aquecendo na velocidade atual, a energia que o mar agora armazena será liberada na atmosfera, com um clima mais violento e um impacto feroz na agricultura. Já a tropicalização é evidente a partir da invasão de peixes exóticos. Os jornais britânicos deram grande destaque à presença estável de tubarões no Tâmesa. Ouçam sobre esta questão a Gramenos Matrojeni, da União para o Mediterrâneo.

B) **Imigração.** O deslocamento de grandes massas de populações das áreas costeiras só fará aumentar conflitos e tensões. Vamos ter em mente que a Convenção de Genebra sobre refugiados, e nenhum tratado, contempla a figura dos refugiados climáticos, que segundo as Nações Unidas no mundo já atingiram cem milhões. Nem mesmo a de um refugiado econômico... O Tratado deve indicar a necessidade de atualização e estabelecer uma política coordenada e comum sobre os fluxos migratórios entre as duas margens do Mediterrâneo, que une uma história comum e a que prioridade deve ser dada. Obviamente, invocar o princípio da solidariedade, mas também de interesse comum, promover o crescimento e o desenvolvimento nos países pobres, ancorar as populações e evitar seu desenraizamento. Ir além da introdução desses princípios não me pareceria realista, e desencadearia as reações previsíveis de uma parte da política italiana.

C) **Cultura.** O tema é óbvio, mas mulheres e jovens devem ser incluídos como atores básicos, que podem desempenhar um papel dinâmico e participativo nisso. O que no processo de Oslo entre palestinos e israelenses, que falhou por razões que conhecemos, foi chamado de P2P, People to People, ou seja, um mundo de relações horizontais entre cidadãos, sociedade civil, que supera as cercas do governo. Há muitas questões sobre as quais se encontrar, e mulheres e jovens seriam atores fundamentais.

D) Finalmente, o tema fundamental da **Paz.** Em um mundo multipolar, que joga para expandir sua zona de influência, os conflitos são agora raramente genuinamente locais. O caso mais emblemático é o da Síria, onde oito potências estrangeiras estão prontas para lutar entre si até o último sírio. E então, o tratado deve declarar o Mediterrâneo uma zona de paz, que permanece neutro em conflitos globais, e proíbe a entrada de atores não locais em conflitos. Isso também levaria a um aumento da integração regional. Uma era de competições é necessária, onde nenhum país com vista para o Mediterrâneo pode pensar em competir com os gigantes que tentarão ganhar uma competição global, como a China e os EUA.

Como você pode ver, é uma questão de recuperar os valores do multilateralismo colocando-os em um mundo multipolar. Um tratado construído sobre esses pontos, por mais que seja fruto da utopia, não é uma quimera. Os cidadãos veriam isso como lógico e necessário, e talvez isso pudesse ter um impacto sobre os governos, alguns dos quais certamente não escutam os cidadãos. Mas seria difícil negar esses pontos, e este é um elemento importante. Verdade e razão, a história nos ensina, cedo ou tarde, triunfam sobre a força...” Roberto Savio 14.11.21.

A saúde global e a diplomacia em saúde terão que recuperar os valores do multilateralismo em um mundo multipolar. A sociedade civil de interesse público precisa desenvolver essa estratégia de forma potente e urgente.

Mas este informe também se propõe ao balanço dos eventos em curso. No próximo informe trataremos do balanço, desde logo desalentador, da Conferência de Glasgow e comentaremos as evoluções em torno aos debates, do ponto de vista da Sociedade Civil, da continuidade da Assembleia Geral da OMS, buscando as referências para os embates a seguir.

1. Nesta perspectiva cabe destacar o lançamento no dia 24 de novembro, em Genebra, das 13:30-15:00 h CET, dos resultados da pesquisa sobre “ A política em torno a um tratado pandêmico da OMS, em um mundo desencantado”. Depois de quase dois anos lutando contra uma emergência de saúde sem precedentes, o mundo continua a ser confrontado com novas ondas da pandemia COVID-19 e o Sul global encontra-se nas garras de uma nova forma de desigualdade sistêmica consagrada na estratégia de distribuição de vacinas claramente falha. Em uma próxima Sessão Especial da Assembleia Mundial da Saúde, a Organização Mundial da Saúde e seus Estados-membros estão se esforçando para chegar a um acordo sobre a negociação de um novo instrumento legal internacional para preparação e resposta às pandemias.

Mas o mundo precisa de um novo "tratado pandêmico"? É a coisa certa, na hora certa? O Geneva Global Health Hub (G2H2) desenvolveu essas questões pertinentes através de pesquisas realizadas envolvendo uma ampla gama de especialistas, incluindo aqueles que abordaram concretamente a resposta à COVID-19 em seus países. O G2H2 mapeou a complexidade desta proposta do tratado e suas potenciais implicações para o cenário futuro da governança global da saúde.

O relatório resultante que será publicado e lançado pelo G2H2 em 24 de novembro aborda a necessidade de novas abordagens para o desafio de um futuro pandêmico. Na esteira das duras mas reais lições que a COVID-19 continua a administrar, ele se concentra em algumas das estruturas patogênicas que devem ser reconhecidas se a comunidade internacional está decidida a restaurar o multilateralismo democrático e dar ao mundo e às pessoas uma chance adequada de lidar melhor com futuras emergências e crises em saúde. Este projeto de pesquisa e advocacia G2H2 é patrocinado pela Rosa-Luxemburgo-Stiftung com recursos do Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico da República Federal da Alemanha.

Event website: <https://g2h2.org/posts/24-november-2021/>

🔗 **Twitter:** [#whypandeミックtreaty](https://twitter.com/G2H2) and <https://twitter.com/G2H2> [Geneva](#)

Documentos de referência:

🔗 **The Pandemic treaty proposal: seeking accountability after the disaster?**
[G2H2 policy dialogue, 10 May 2021](#)

📄 **Do we need a pandemic treaty? A CSO perspective. Preliminary findings of a G2H2 study**

G2H2 webinar, 25 October 2021

2. Debate importante sobre a Saúde Pública nos Estados Unidos

A pandemia COVID-19 revelou os danos causados pelo subfinanciamento crônico do sistema público de saúde dos EUA. Ameaças violentas e ataques politicamente motivados contra funcionários e instituições dizimaram ainda mais a força de trabalho da saúde pública. À medida que esse perigo continua, coloca em risco a segurança dos funcionários da saúde pública e a fundação dos sistemas públicos de saúde em todo o país – corroendo a autoridade de saúde pública e colocando vidas em risco. Na sexta-feira, 19 de novembro, Friday, November 19, at 1 p.m. EST, os Médicos pelos Direitos Humanos (PHR) sediarão uma discussão sobre como esses ataques implacáveis minaram a resposta dos EUA ao COVID-19 e ameaçam a preparação futura. A conversa será moderada por Anna Maria Barry-Jester, MPH, correspondente sênior da Kaiser Health News, com foco em disparidades de saúde e saúde pública. Ao longo da pandemia, sua reportagem destacou as crescentes ameaças à infraestrutura de saúde pública e funcionários públicos, que são capturadas na série Kaiser Health News e Associated Press Subfinanciadas e Sob Ameaça. [Underfunded and Under Threat](#).

3. Também anotamos a realização de uma série de debates / consultas sobre o Direito ao Desenvolvimento no espaço latino-americano, com vistas ao processo de adoção de um Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento e que poderá ter grande impacto para criar as condições para as garantias em torno à saúde global como direito. No vídeo abaixo temos o registro do debate organizado por Latinidad no dia 12 de novembro. <https://www.facebook.com/Latindadd/videos/221684543410151/>

G77, MNA e Cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

Existem algumas definições de Cooperação Sul-Sul, mas o UNOSSC a define como uma troca de conhecimentos e recursos político, econômico, social, cultural, ambiental ou técnico entre países em desenvolvimento. Pode ocorrer em uma base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e pode envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaque do UNOSSC

Coincidindo com a COP26, UNOSSC e o UN Habitat (Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos) lançaram em novembro de 2021, o relatório “Experiências inovadoras de cidades: Sustentabilidade Ambiental e ação climática por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular”

O relatório afirma que as cidades estão na vanguarda do combate às mudanças climáticas e na promoção da sustentabilidade ambiental. O aumento do nível do mar e eventos climáticos extremos, como inundações, secas e tempestades, causam um forte impacto na infraestrutura, nos meios de subsistência e na saúde humana nas cidades. Ao mesmo tempo, as atividades urbanas estão contribuindo para as mudanças climáticas e a degradação ambiental, produzindo cerca de 70% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE), 70% dos resíduos globais e mais de 60% do consumo global de energia.

Cidades ao redor do mundo já lideram soluções inovadoras para um desenvolvimento climático de baixa emissão e sustentabilidade ambiental em muitas áreas, incluindo energia, mobilidade, água, gestão de resíduos e redução do risco de desastres. As cidades também estão cada vez mais unidas e aprendendo umas com as outras para fortalecer coletivamente a proteção ambiental. O UNOSSC está apoiando esses esforços promovendo parcerias de cidade a cidade, o intercâmbio de abordagens inovadoras e o desenvolvimento de projetos-piloto urbanos em países em desenvolvimento.

Para ler o relatório completo, [clique aqui](#).

Grupo do G-77

O Grupo dos 77 (G-77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento. Atualmente o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original

devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)³, Nairóbi (UNEP)⁴, Paris (UNESCO)⁵, Roma (FAO/IFAD)⁶, Viena (UNIDO)⁷ e Washington ((G-24)⁸. A República da Guiné assumiu a presidência do G-77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

Entre os dias 28 de outubro e 05 de novembro de 2021, o G-77 e a China participaram de reuniões da Assembleia Geral.

New York - 28 de outubro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na adoção da Resolução sobre a revisão do sistema dos coordenadores residentes, incluindo suas disposições financeiras

O G-77 e a China estão fortemente comprometidos com o reposicionamento do sistema das Nações Unidas e o sistema renovado de coordenadores residentes conforme estabelecido sob a orientação do Secretário-Geral. Os países membros do G-77 contam com o apoio, em diversos níveis, do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, na medida em que buscam alcançar suas prioridades e necessidades para implementar a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, a concretização de seus ODS e outros objetivos de desenvolvimento.

Embora estejamos (G-77 e a China) frustrados, pois a Assembleia Geral não foi capaz de decidir sobre o financiamento mais estável e consistente para o sistema coordenadores residentes, o G-77 e a China estão satisfeitos de que, pelo menos, a proposta de financiamento desta resolução não enfraqueceu o financiamento atual do sistema de coordenadores residentes. Estamos convencidos de que somente com financiamento adequado e sustentável para o sistema de coordenador residente, será possível responder de forma coerente, eficaz, eficiente e responsável, de acordo com as necessidades e prioridades nacionais para com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Este é o nosso objetivo maior.

³ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁴ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁵ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁶ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁷ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁸ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

O G-77 e a China seguem preocupados com o estado atual do financiamento do sistema de coordenadores residentes, em particular no que diz respeito aos déficits financeiros observados no orçamento desde o princípio. Este é um dos motivos pelos quais estivemos abertos a discutir a possibilidade de financiar parcialmente o sistema de coordenadores residentes por meio de um modelo híbrido com uma parcela proveniente de contribuições obrigatórias dos Estados-Membros.

Os coordenadores residentes são peças fundamentais para o reposicionamento do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas e a chave para um desempenho forte focado no terreno nesta Década de Ação e para uma recuperação inclusiva e sustentável para a pós-pandemia do Covid-19. Nesse sentido, convocamos os doadores tradicionais a aumentarem suas contribuições voluntárias de acordo com a proposta do SG e com o que está delineado na resolução que adotamos hoje.

Glasgow - 31 de outubro de 2021

Declaração feita pelo negociador líder, Sr Ahmadou Sebory Touré, Diretor do Ministério do Meio Ambiente, Águas e Florestas da República da Guiné, em nome do G-77 e da China na reunião plenária da Conferência das Partes (COP26), Conferência das Partes servindo como encontro das Partes sobre o Protocolo de Kioto (CMP16)⁹, Conferência das Partes servindo como encontro das Partes sobre o Acordo de Paris (CMA3)¹⁰, órgão subsidiário para aconselhamento científico e tecnológico (SBSTA52-55)¹¹ e órgão subsidiário para implementação (SBI52-55)¹²

O G-77 e a China esperam terminar o trabalho pendente desde a COP25 realizada em Madrid em dezembro de 2019, apesar das restrições e limitações ao nosso trabalho, impostas pela pandemia.

O desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza são prioridades para os países em desenvolvimento. Chegamos a esta COP com um profundo senso de urgência porque estamos profundamente preocupados com os impactos crescentes das mudanças climáticas em nossas condições socioeconômicas e prioridades de desenvolvimento.

Como os Ministros do G-77 declararam em sua Declaração Ministerial de novembro de 2020 em Nova York, o Acordo de Paris, adotado sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), é uma conquista coletiva de todas as Partes. A convenção procura melhorar sua implementação, de acordo com seus objetivos, princípios e disposições, especialmente baseada na equidade e no princípio das responsabilidades comuns. Estas responsabilidades são diferenciadas, assim como as respectivas capacidades dos países, conforme suas diferentes circunstâncias, necessidades e prioridades nacionais, e o direito ao

⁹ CMP - The CMP supervisiona a implementação do Protocolo de Kioto e toma decisões para promover sua implementação efetiva.

¹⁰ CMA - O CMA supervisiona a implementação do Acordo de Paris e toma decisões para promover sua implementação efetiva.

¹¹ SBSTA 52 - 55 - A 52ª a 55ª sessão do Órgão Subsidiário de Aconselhamento Científico e Tecnológico (SBSTA)

¹² SBI 52-55 - SBI significa Órgão Subsidiário para Implementação, e seu trabalho tem estado no centro de todas as questões de implementação sob a Convenção, o Protocolo de Kioto e, mais recentemente, o Acordo de Paris. A este respeito, sua agenda é moldada em torno dos principais blocos de implementação de todos esses tratados e instrumentos: transparência, mitigação, adaptação, finanças, tecnologia e capacitação, e visa aumentar a ambição das Partes em todos os aspectos de sua agenda.

desenvolvimento, no contexto do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza.

Esses princípios são fundamentais para o trabalho do G-77 e da China. O pacote equilibrado do Acordo de Paris no que diz respeito à mitigação, adaptação, provisão de meios de implementação e apoio aos países em desenvolvimento, assim como a maior transparência e cooperação internacional, devem ser mantidos e não devem ser renegociados nem reinterpretados.

O Grupo espera nesta COP que os países desenvolvidos supram as deficiências na implementação de seus compromissos pré-2020. Os países desenvolvidos devem assumir e aumentar as metas absolutas de redução de emissões para toda a economia em seus NDCs (*National Determined Contributions*¹³) e aumentar seu apoio aos países em desenvolvimento.

O financiamento do clima é a chave para o sucesso aqui na COP26 e a implementação efetiva do Acordo de Paris. Compromissos de financiamento climático de longa duração, como a meta de U\$ 100 bilhões até 2020, devem agora ser cumpridos. Não podemos confiar em promessas não cumpridas. Devemos ver ações tangíveis dos países desenvolvidos nesta COP que se traduzam em fluxos de financiamento para o clima melhorados e orientados pela demanda e que respondam às necessidades dos países em desenvolvimento. Isso inclui um progresso real em nossas negociações relacionadas à nova meta de financiamento. Notamos que o Relatório de Determinação de Necessidades recentemente adotado e a Avaliação Bial e Visão Geral dos Fluxos de Financiamento do Clima do Comitê Permanente de Finanças nos deram alguns pontos de referência importantes na escala de financiamento que precisaria ser mobilizado e disponível para apoiar os países em desenvolvimento na implementação de seus NDCs.

Para o G-77 e a China, os recursos financeiros, bem como o desenvolvimento e transferência de tecnologia e a capacitação, são facilitadores cruciais da ação climática. A ambição exagerada deve vir com apoio exagerado. Este apoio por parte dos países desenvolvidos é um compromisso obrigatório sob a Convenção e reconfirmado no Acordo de Paris. Há quase 15 itens da agenda sobre financiamento nesta COP; como tal, nenhuma negociação financeira sob diferentes itens da agenda deve ser organizada em paralelo.

Para o G-77 e a China, as discussões sobre financiamento de longo prazo não podem ser somente uma agenda de workshops e diálogos, mas sim uma discussão de como os compromissos de financiamento de longo prazo dos países desenvolvidos, estabelecidos sob a Convenção e seu Acordo de Paris, estão sendo implementados. Esperamos que a COP26 decida sobre a continuação do Programa de Trabalho do financiamento de longo prazo para contribuir com o crescimento do financiamento pós-2020 e monitorar o cumprimento da meta de U\$ 100 bilhões até 2020 e para 2025.

A provisão e mobilização de financiamento, tecnologia e capacitação devem ser feitas de forma transparente. Devem ser novas, suplementares, regulares e considerar as reais necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento. Isso deve estar refletido nas informações retroativas ou prospectivas sob a Convenção e seu Acordo de Paris, bem como no

¹³ NDC - As contribuições nacionais determinadas (NDCs) estão no cerne do Acordo de Paris e no cumprimento de suas metas de longo prazo. Os NDCs incorporam os esforços de cada país para reduzir as emissões nacionais e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas.

início do processo em Glasgow para estabelecer uma nova meta coletiva e quantificada de financiamento para o clima tendo como base, um mínimo de U\$ 100 bilhões por ano.

Deve-se melhorar a prestação de contas sobre o financiamento oferecido aos países em desenvolvimento, pelos países desenvolvidos, considerando as preocupações de que este financiamento está se traduzindo em aumento da dívida externa dos países em desenvolvimento. Isso inclui a melhoria dos relatórios de equivalência das doações, especificidades climáticas e como os países desenvolvidos estão levando em consideração as necessidades e prioridades dos países em desenvolvimento e os recursos públicos baseados em doações nos termos dos Artigos 9.4 e 9.5 do Acordo de Paris. Deve-se também discutir as necessidades dos países em desenvolvimento com relação ao apoio financeiro para perdas e danos, incluindo relatórios dos países desenvolvidos sobre a prestação de tal apoio.

O estabelecimento da nova meta de financiamento coletivo quantificado deve ser o resultado de um processo transparente e inclusivo que seja conduzido pelos interessados, seja participativo, facilmente quantificável e concreto. O G-77 e a China vêm pressionando para que este processo seja iniciado desde 2017. A COP26 deve resultar em um cronograma que garanta a participação de todos; que a nova meta reflita as necessidades dos países em desenvolvimento; e que inclua tanto um componente quantitativo como qualitativo, incluindo metas específicas para adaptação e vínculos com o fundo de adaptação para garantir a previsibilidade do financiamento para este fundo, que é muito importante para os países em desenvolvimento.

O Grupo também deseja reiterar a importância de assegurar que o financiamento do clima não seja politizado e que todos os países em desenvolvimento elegíveis possam acessar todos os recursos financeiros disponíveis das entidades implementadoras do mecanismo financeiro da Convenção e seu Acordo de Paris.

A adaptação é uma prioridade crítica para os países em desenvolvimento e deve ser tratada de maneira equilibrada em comparação com as ações de mitigação. Nosso trabalho na meta global de adaptação sob o Acordo de Paris deve avançar. O apoio às ações de adaptação nos países em desenvolvimento será cada vez mais crucial para os países em desenvolvimento, à medida que os efeitos adversos das mudanças climáticas aumentem no futuro. Portanto, gostaríamos de ver resultados concretos e tangíveis da COP26 na provisão de financiamento público baseado em doações por países desenvolvidos para ações de adaptação, incluindo a formulação e implementação de NAPs conforme estipulado pela Convenção.

O planejamento da adaptação continua sendo uma prioridade para os países em desenvolvimento. É a base crítica para a construção de resiliência nestes países. Não tem sido encorajador o progresso no planejamento da adaptação nos países em desenvolvimento, já que muitos ainda não formularam ou implementaram seus planos de adaptação.

O desenvolvimento e a transferência de tecnologia são de vital importância para melhorar a resiliência dos países em desenvolvimento. Deve-se fortalecer o mecanismo da tecnologia para atender o seu propósito e implementar sua estrutura. Estamos sensivelmente preocupados com o lento progresso na transferência de tecnologia relacionada ao clima para os países em desenvolvimento e os desafios enfrentados pelo braço operacional da tecnologia, o CTCN¹⁴, para garantir recursos financeiros estáveis e sustentáveis. Convocamos os países

¹⁴ CTCN – (Climate Technology Centre and Network). A Rede e Centro de Tecnologia do Clima é um órgão com mandato da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas para ajudar os

desenvolvidos a intensificarem seus esforços na transferência de tecnologia e fortalecerem seu apoio ao CTCN por meio de apoio financeiro, entre outros recursos, que possibilite ações avançadas de desenvolvimento e transferência de tecnologia na implementação da Convenção e seu Acordo de Paris. Esperamos conseguir resultados positivos da Mesa Redonda de Doadores para o CTCN em 8 de novembro de 2021 em Glasgow, como o primeiro passo para esse apoio avançado.

A capacitação é um facilitador crítico para os países em desenvolvimento cumprirem suas ações climáticas. Um progresso significativo foi registrado nas sessões anteriores e esperamos poder aproveitar isso para finalizar o trabalho em questão. Esperamos nos engajar construtivamente com o objetivo de concluir a quarta revisão ampla da implementação da estrutura para capacitação em países em desenvolvimento sob o Protocolo de Kioto e o relatório anual de progresso do Comitê de Paris sobre Capacitação para 2020 e 2021, incluindo suas recomendações à COP e ao CMA.

Sobre o programa de trabalho de Koronivia¹⁵ sobre agricultura, acreditamos que as discussões das quais participamos nos últimos quatro anos devam abrir o caminho para um resultado palpável após o roteiro proposto (*road map*) em Koronivia. As partes devem apresentar à COP26, um relatório sobre o resultado final para definir o caminho a seguir para a implementação com foco no aumento da adaptação e dos benefícios da adaptação na agricultura. Ao mesmo tempo devem promover o desenvolvimento sustentável e aumentar a produtividade do setor agrícola para garantir a segurança alimentar em todos os países, particularmente em países em desenvolvimento, para combater a fome e erradicar a pobreza, levando em consideração a diversidade dos sistemas agrícolas ao redor do globo e as diferenças de cada um.

Sobre as medidas de resposta, as atividades do plano de trabalho do fórum de medidas de resposta e da KCI¹⁶ devem ser totalmente implementadas. O tempo perdido até o momento e as atividades não implementadas em 2020 devem ser totalmente recuperadas. O Fórum e a KCI precisam de tempo e espaço suficientes para avançar seu trabalho e garantir o tratamento eficaz das questões relacionadas às medidas de resposta do Acordo de Paris.

Os itens da agenda sobre perdas e danos no âmbito da COP, CMA e SBs são importantes para o G-77 e a China. Isso inclui o relatório sobre o Mecanismo de Implementação de Varsóvia sobre Perdas e Danos e sobre a governança conjunta da COP e CMA sobre o WIM¹⁷. Os itens da agenda relacionados com as perdas e danos sob a COP e o CMA devem estar equilibrados para refletir sua governança conjunta. A COP26 deve garantir que o WIM, por meio de seu Comitê

países em desenvolvimento na disseminação e tecnologias adequadas ao clima para enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

¹⁵ O Trabalho Conjunto de Koronivia sobre Agricultura (KJWA) é uma decisão histórica da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) que reconhece o potencial único da agricultura no combate às mudanças climáticas.

¹⁶ KCI - Katowice Committee of Experts on the Impacts of the Implementation of Response Measures – (Comitê de Especialistas de Katowice sobre os Impactos da Implementação de Medidas de Resposta)

¹⁷ WIM - A COP estabeleceu o Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre perdas e danos associados aos impactos das mudanças climáticas (Mecanismo de Perdas e Danos), para lidar com perdas e danos associados aos impactos das mudanças climáticas, incluindo eventos extremos e eventos de início lento, em países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas. Este mecanismo foi estabelecido na COP19 (novembro de 2013) em Varsóvia, Polônia.

Executivo e da Rede de Santiago¹⁸, se torne um mecanismo eficaz sob a Convenção e seu Acordo de Paris para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, especialmente para ação e apoio em relação a perdas e danos, incluindo perdas e financiamento relacionado a danos e transferência de tecnologia.

Nosso trabalho em prol da transparência deve ser concluído com o mandato. Os esforços dos países em desenvolvimento para relatar, com um nível elevado de transparência, uma vez que as ferramentas de relatório sejam concluídas, devem ser acompanhados por um apoio real dos países desenvolvidos. Deve-se promover e incentivar apoio adequado e oportuno aos países em desenvolvimento em prol da transparência. Solicitamos também que as Partes incluídas no Anexo I apresentem seus relatórios exigidos pela Convenção em tempo hábil, incluindo os relatórios que estavam faltando em ciclos anteriores.

As negociações do Artigo 6 do Acordo de Paris devem ser concluídas na COP26 de uma maneira que garanta um resultado balanceado nos termos dos Artigos 6.2, 6.4 e 6.8, garanta a integridade ambiental, evite dupla contagem, promova o desenvolvimento sustentável, proporcione fundos adequados e regulares para adaptação e permita futuros acordos de cooperação entre as Partes por meio do uso nacionalmente apropriado de abordagens de mercado e abordagens que não sejam de mercado.

O G-77 e a China, com espírito de inclusão e sem deixar ninguém para trás, insiste na implementação plena e efetiva do programa de trabalho avançado de Lima sobre gênero e mudança climática e seu plano de ação de gênero. Apelamos por contínuos que garantam a paridade de gênero nas delegações nacionais e em todos os órgãos constituídos da convenção e seu Acordo de Paris.

O Grupo aguarda com expectativa o início do primeiro balanço global do Acordo de Paris. Queremos destacar a importância de ter contribuições diversificadas, balanceadas e abrangentes para o GST¹⁹ em todas as áreas temáticas, particularmente de países em desenvolvimento e a necessidade de facilitar a participação de partes interessadas e partes independentes dos países em desenvolvimento. Esperamos que o GST seja realizado de forma holística, sistêmica, abrangente e facilitadora, considerando todas as áreas temáticas, incluindo mitigação, adaptação, os meios de implementação e suporte, as consequências das medidas de resposta e perdas e danos, à luz da equidade e baseado na melhor evidência científica disponível. O processo de GST deve nos permitir olhar para trás nas lacunas e desafios de implementação, incluindo no que diz respeito à responsabilidade histórica e implementação pré-2020 da Convenção, e olhar para frente em termos do que deve ser feito e como isso deveria ser tratado de forma sistêmica e transformadora.

A Declaração Ministerial do G-77 e da China de novembro de 2020 reafirmou que a imposição de medidas econômicas coercitivas, incluindo sanções unilaterais, contra os países em desenvolvimento não contribui para o desenvolvimento econômico e social, incluindo o

¹⁸ Rede de Santiago (Santiago Network) – O objetivo da Rede de Santiago é catalisar a assistência técnica de organizações, órgãos, redes e especialistas relevantes, para a implementação de abordagens que sejam relevantes para evitar, minimizar e abordar a pesquisa e desenvolvimento em nível local, nacional e regional, em países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

¹⁹ GST – (*Global Stocktake of the Paris Agreement*) O balanço global do Acordo de Paris (GST) é um processo para fazer um balanço da implementação do Acordo de Paris com o objetivo de avaliar o progresso coletivo mundial para alcançar o propósito do acordo e seus objetivos de longo prazo.

diálogo e o entendimento entre os países. Essas ações afetam adversamente a capacidade dos países em desenvolvimento de financiar seus esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e prejudicam seu direito de acesso aos recursos disponíveis.

O orçamento-programa para o biênio 2022-2023 deve refletir um equilíbrio entre adaptação e mitigação, com o orçamento relacionado à adaptação sendo financiado pelo orçamento obrigatório, em vez de estar sujeito à incerteza do orçamento suplementar.

Para o G-77 e a China, também é importante considerar a melhor forma de avançar com as questões e soluções do clima oceânico e terrestre em relação ao trabalho e aos processos da UNFCCC.

Por fim, o G-77 e a China trabalharão para a conclusão bem-sucedida da COP26, de forma que todos possamos avançar no cumprimento do objetivo da Convenção e das metas de seu Acordo de Paris de uma forma equitativa que respeite os princípios da Convenção e o pacote equilibrado de seu Acordo de Paris.

New York – 05 de novembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 147 da agenda: Administração da justiça nas Nações Unidas no 5º Comitê durante a 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

A administração da Justiça segue tendo uma importância significativa para o G-77 e a China como um mecanismo independente, transparente e profissional para a gestão eficaz dos recursos humanos da Organização. O G-77 e a China estão convencidos de que é necessário explorar a resolução de problemas no trabalho e garantir a responsabilização e o respeito pelos direitos e obrigações dos profissionais.

O Grupo reitera que, é necessário, um sistema de administração da justiça sustentável, com recursos adequados e descentralizado, consistente com as regras do direito internacional, os princípios do Estado de Direito e o devido processo para uma gestão eficaz dos recursos humanos que é o mais valioso bem da Organização.

O Grupo está consciente da diminuição do número de processos das várias entidades do sistema formal de administração da justiça em 2020, em comparação com 2019. Observamos o aumento da produtividade do Tribunal de Litígios e o papel desempenhado pelo mecanismo de avaliação da gestão na prevenção de um número significativo de casos que cheguem, de fato, ao litígio. O Grupo também reconhece o progresso feito para reduzir o acúmulo de casos pelo Tribunal de Disputas e a continuação dos esforços para assegurar a resolução dos casos e disputas no trabalho dentro do prazo previsto.

O G-77 e a China reiteram seu apoio ao Escritório do Ombudsman e aos Serviços de Mediação como mecanismo de solução informal e incentiva esta tendência positiva de resolução informal de disputas, quando apropriado. O Grupo espera discutir o fortalecimento da Ouvidoria e dos Serviços de Mediação.

O G-77 e a China observam com grande preocupação a alta taxa de rotatividade de pessoal e cargos não preenchidos em alguns escritórios regionais devido ao congelamento de recrutamento que afetou as atividades planejadas de divulgação e engajamento do Escritório

do Ombudsman. O Grupo aguarda com expectativa uma discussão mais aprofundada sobre esta importante questão.

O G-77 e a China também ressaltam o relatório do Conselho de Justiça Interna, que incorpora recomendações destinadas a melhorar o desempenho e melhorar a eficiência operacional e a transparência da administração do sistema de justiça nas Nações Unidas. Iremos avaliar e analisar exaustivamente este relatório e esperamos considerar as recomendações nele contidas.

New York – 05 de novembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 137 da agenda: Orçamento-programa para 2021 e o Plano Diretor (CMP)²⁰ durante o 5º Comitê na 76ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O G-77 e a China observam que, no momento, todos os trabalhos de construção e atividades de encerramento administrativo relacionadas foram concluídos, exceto para os casos de litígio remanescentes. O Grupo reconhece os esforços feitos pelo Secretário-Geral que culminaram com a conclusão bem-sucedida do segundo caso de litígio no ano passado e o subsequente reembolso de U\$ 750.000 à organização.

O Grupo também relembra que o financiamento aprovado para o projeto do Plano Diretor totaliza U\$ 2.150,4 milhões e que o consolidado final permanece no mesmo nível de financiamento ou \$ 2.309,3 milhões se o apoio financeiro para operações de manutenção da paz for levado em consideração. O Grupo observa que em 30 de junho de 2021, as despesas acumuladas incorridas no projeto totalizaram \$ 2.150,4 milhões.

O G-77 e a China permanecem preocupados com o fato de que, mais uma vez, o encerramento financeiro do projeto do plano diretor seja atrasado devido ao processo de litígio em andamento, com os honorários advocatícios resultantes estimados em U\$ 600.000 para o período de julho a dezembro de 2021. Como resultado, aumentará as despesas cumulativas estimadas para despesas legais até o final de dezembro de 2021 para U\$ 7.327.300. Isso é, de fato, muito preocupante.

Apesar do G-77 e da China apreciarem os esforços do Escritório de Assuntos Jurídicos na defesa ativa dos interesses da Organização nos procedimentos de litígio, a fim de evitar que as despesas adicionais, o Grupo concorda com a recomendação do Comitê Consultivo de mitigar os custos dos processos em andamento e limitar a responsabilidade financeira da Organização ao máximo possível. O Grupo espera receber mais informações e esclarecimentos sobre o procedimento arbitral durante as consultas informais.

No que diz respeito ao estado de implementação da nova ferramenta de gestão de energia, o Grupo observa que o projeto foi adiado para o terceiro trimestre de 2022 devido à crise de liquidez e a pandemia do Covid-19. Além disso, após uma análise mais aprofundada, provou ser tecnicamente difícil e significativamente mais caro instalar uma nova ferramenta de gestão de energia sem primeiro completar as outras atualizações necessárias, incluindo

²⁰ CPM - Capital Master Plan é o nome dado ao projeto de reforma da Sede das Nações Unidas em Nova York. Os custos do CMP são repartidos entre os Estados-Membros.

atualizações de segurança de tecnologia da informação, no sistema subjacente. O G-77 e a China buscam informações detalhadas sobre este projeto, incluindo sua implementação e cronogramas durante as consultas informais.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Atualmente, também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2022, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Em julho de 2021, ficou acordado que a República do Azerbaijão continuará na presidência do MNA até 2023 quando então a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Nenhum destaque do MNA.

G20, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burguer, Vinicius Roland e Júlia Abbud Ribeiro

29/10/21 - G20 estabelece Força Tarefa conjunta para melhorar prevenção, preparação e resposta às pandemias

Na sexta-feira, dia 29 de outubro, os ministros da economia e da saúde dos países do G20 realizaram encontro sobre diplomacia da saúde. Na ocasião, os representantes reunidos sob a presidência dos ministros italianos da economia e da saúde concordaram nestes pontos:

- Contribuir para a vacinação de 40% da população global até o final de 2021 e 70% até o início do segundo semestre de 2022, conforme recomendado pela OMS. Nesse sentido, os países representados no G20 concordaram em manter o apoio ao Access to COVID-19 Tools Accelerator (ACT-A) e à extensão do seu mandato para 2022, colaborando com outras iniciativas regionais e globais.

- Reconheceram que o financiamento da preparação e respostas à pandemias (PPRs) deve ser melhorado e estruturado com base em uma colaboração contínua entre tomadores de decisão dos setores de finanças e de saúde, de modo a lidar com falhas de financiamento, mobilização de recursos multilaterais e exploração novos meios de financiamento.

- Aproximar ministros das finanças aos da saúde por meio de uma Força Tarefa Financeira- Sanitária Conjunta. Essa força tarefa irá melhorar a colaboração e a cooperação global em assuntos relacionados à prevenção, à preparação e à resposta de pandemias. A força tarefa será, inicialmente, copresidida pelas presidências do G20 de 2021 e de 2022. Ela prestará contas aos ministros da saúde e finanças no início de 2022 e contará com a assistência de um secretariado hospedado na OMS, além de receber apoio do Banco Mundial.

Fonte: G20, G20. The G20 established a joint Finance-Health Task Force to strengthen pandemic prevention, preparedness and response. In: Site do G20: -. [S. l.], 29 out. 2021. Disponível em: <https://www.g20.org/the-g20-established-a-joint-finance-health-task-force-to-strengthen-pandemic-prevention-preparedness-and-response.html> . Acesso em: 15 nov. 2021.

01/11/2021 - Notícia na mídia brasileira sobre reunião de Cúpula do G20

Os acordos firmados na cúpula do G20 tiveram grande destaque na mídia brasileira, principalmente as metas ambiciosas no que tange a pauta ambiental, como metas de redução de emissões, financiamento para países em desenvolvimento para que estes também alcancem as metas para manter o aquecimento global em menos de 2 graus. Quanto a saúde, a promessa de investimentos de 100 bilhões de dólares para auxiliar os países mais vulneráveis no combate à pandemia de coronavírus também chamou atenção, assim como o montante de 650 bilhões de dólares em Direito de saque especial emitidos pelo FMI no contexto de pandemia.

<https://www.istoedinheiro.com.br/os-acordos-do-g20-em-roma-clima-vacinas-e-impostos/>

10/11/2021 - Declaração bilateral da China e Estados Unidos é destaque na COP 26

Após a reunião de cúpula do G20, e a consequente declaração de Roma, os países voltam a reunir-se na COP 26. A declaração de Roma, no parágrafo 61, há uma menção expressa, entre outros, em temas de saúde, meio ambiente e economia circular. Seguindo o entendimento atual de One Health, no qual os impactos do meio ambiente se refletem na saúde em escala global,

temos andamentos de destaque na seara de meio ambiente e desenvolvimento sustentável envolvendo os membros do G20.

Especialmente no tema de mudanças climáticas, há um reconhecimento que sistemas sustentáveis de alimentos seriam de grande importância para os desafios apresentados pelas mudanças climáticas. Houve menção no parágrafo de um compromisso dos países do G20 em trabalharem coletivamente para alcançarem sucesso nas negociações do COP 26, em Glasgow. Portanto, na esteira do compromisso firmado na Cúpula do G20 e as metas ambiciosas estabelecidas durante a COP 26, EUA e China apresentaram uma declaração bilateral, entre os dois maiores emissores de CO2 do planeta, de realizarem medidas adicionais para controlar emissão de metano em níveis nacionais e subnacionais, assim como o compromisso na redução de consumo de energia derivada de carvão.

<https://sdg.iisd.org/news/us-china-declaration-elimination-of-oil-and-gas-highlighted-at-cop-26/>

Próximos eventos de destaque do G20

28/11/2021 – Workshop em soluções com base na natureza e ecossistema.

Próximos países a assumir a presidência do G20:

2022 – Indonésia

2023 – Índia

2024 – Brasil

Pilares da Presidência do G20 da Indonésia em 2022

1. Possibilitar ambiente e parceria.
2. Promovendo a produtividade.
3. Aumento da resiliência e estabilidade.
4. Garantir um crescimento sustentável e inclusivo.
5. Liderança global coletiva mais forte.

OCDE, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burger e Júlia Abbud Ribeiro

12/11 - Reunião anual do Fórum Global sobre como a transparência e o intercâmbio de informações para fins fiscais podem reforçar uma recuperação pós-pandêmica justa e inclusiva

Fonte: <https://www.oecd.org/newsroom/global-forums-annual-meeting-to-highlight-how-transparency-and-exchange-of-information-for-tax-purposes-can-reinforce-a-fair-and-inclusive-post-pandemic-recovery.htm>

O Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para Fins Fiscais realizará a sua reunião plenária de 2021 virtualmente nos dias 17 a 19 de novembro. A reunião reunirá membros, parceiros e observadores do Fórum durante três dias de debates. O encontro celebrará o 10º aniversário do programa de capacitação do Fórum Global que vem capacitando jurisdições em desenvolvimento na luta contra evasão fiscal e outros fluxos financeiros ilícitos desde 2011, apoiando-os a reforçar a mobilização de recursos internos.

O relatório *Peer Review of the Automatic Exchange of Financial Account Information* será publicado no dia 17/11, apresentando as últimas conclusões das revisões pares dos quadros jurídicos postos em prática pelas 102 jurisdições empenhadas no intercâmbio automático desde 2017.

O Fórum Global é um quadro multilateral para a transparência fiscal e partilha de informação, no qual participam mais de 160 jurisdições em pé de igualdade.

12/11 - Novo relatório da OCDE sobre noções de desigualdade será publicado no dia 18 de Novembro

Fonte: <https://www.oecd.org/newsroom/media-advisory-new-oecd-report-on-perceptions-of-inequality-to-be-published-thursday-18-november.htm>

Nas últimas décadas, a diferença de rendimentos entre ricos e pobres aumentou e a mobilidade social estagnou em muitos países da OCDE. Um novo relatório da OCDE, intitulado “Does Inequality Matter? How People Perceive Economic Disparities and Social Mobility” observa a forma como as pessoas percebem a desigualdade e a mobilidade social e analisa a forma como as opiniões das pessoas podem ajudar a conceber políticas bem-sucedidas de redução da desigualdade. O relatório será lançado no próximo dia 18 de novembro.

Health at a Glance 2021

<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/ae3016b9-en/index.html?itemId=/content/publication/ae3016b9-en>

O relatório, que saiu em novembro de 2021, destacou os enormes custos sociais, humanos e econômicos da Covid-19, dando ênfase nas fragilidades de muitos sistemas de saúde e sua sobrecarga, mesmo antes da pandemia. O Health at a Glance destaca que os gastos com saúde são, na verdade, investimentos e sendo eles mais resistentes, mais protegidas estão as populações e economias. As despesas com saúde ainda se concentram predominantemente em cuidados paliativos, em vez da prevenção e promoção da saúde, onde o gasto nos hospitais é mais oneroso do que com saúde primária. O documento destaca a necessidade de reforçar a

resiliência e grau de preparação dos sistemas de saúde, uma mudança sistêmica, avanço digital e cuidados integrados.

O Health at a Glance observa que a Covid-19 reduziu a expectativa de vida em 24 dos 30 países da OCDE, sendo os EUA (menos 1,6 anos) e Espanha (menos 1,5 anos) os mais afetados. As populações vulneráveis foram as mais afetadas, sendo 90% das mortes registradas entre pessoas com 60 anos ou mais. Pessoas que vivem na margem da pobreza, minorias étnicas e migrantes também estiveram mais expostas à contaminação e morte.

A vacinas reduziram o risco de doença grave e morte pela Covid-19, com a percentagem de pessoas totalmente vacinadas chegando a atingir mais de 70% em 9 países, e 15 começaram programas de reforço para grupos vulneráveis, a partir de 18 de Outubro. Evidências apontam que as vacinas foram em parte ineficazes para parar a doença sintomática da variante delta, mas permanece altamente eficaz (mais de 90%) contra as admissões hospitalares.

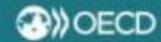
O impacto na saúde mental foi enorme, com prevalência da ansiedade e depressão em mais do dobro dos níveis observados antes da crise na maioria dos países, sobretudo México, Reino Unido e EUA. O relatório confirma que o uso nocivo do cigarro, álcool e a obesidade são as causas principais de muitas doenças crônicas, aumentando o risco de morte do paciente de Covid-19. Foi observado que as taxas de fumantes diminuíram durante a última década nos países da OCDE. Já as taxas de obesidade continuam a aumentar, com uma média de 60% dos adultos com excesso de peso ou obesos.

Nos países do bloco, a pandemia acelerou a transformação digital nos cuidados com a saúde, com uma média de 45% dos adultos acessando Teleconsultas médicas em 2021, compensando a redução das consultas presenciais. Aqui, a importância do cuidado primário lida com os casos menos complicados, evitando a sobrecarga hospitalar. Admissões evitáveis por doenças crônicas caíram na última década, com avanços na Lituânia, Coreia e Eslováquia, mas, ainda, cuidados primários representam só 13% das despesas com saúde. Dados sobre readmissões, mortalidade até um ano e prescrições de medicamentos depois da hospitalização confirmam melhorias na integração dos cuidados ao longo do tempo. O relatório destaca que os sistemas de saúde estão cada vez mais incluindo a experiência dos pacientes e os resultados são positivos, melhorando a qualidade dos cuidados.

Antes da pandemia, as despesas com saúde eram aproximadamente USD 4.000 por pessoa, chegando a USD 11.000 nos Estados Unidos, sendo os serviços de internação e ambulatoriais os mais onerosos, constituindo 60% das despesas. Com o início da Covid-19, principalmente na Europa, os gastos com a saúde aumentaram, fazendo os gastos no PIB saltarem de 8,8% em 2019 para 9,7% em 2020. Por fim o Health at a Glance 2021 destaca a carência de trabalhadores da saúde de forma mais atenuante que camas e equipamentos hospitalares. Ainda, observa-se o envelhecimento da população e o aumento da demanda dessa população por serviços de saúde.

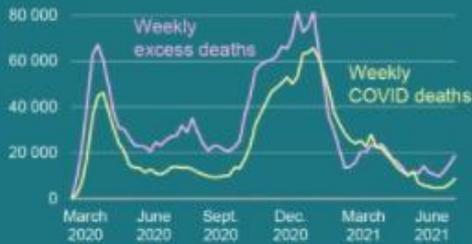
Health at a Glance 2021: OECD Indicators

Facts & figures



COVID-19 has caused around 2.5 million excess deaths in OECD countries

Across 30 OECD countries



Older people and socially disadvantaged groups are more likely to be severely ill or die from the virus.

Vaccines have reduced weekly deaths from COVID-19

In the 12 OECD countries with vaccination rates above 65% (as of mid-October), weekly deaths from COVID-19 have fallen by an average of 86% since late-January 2021.



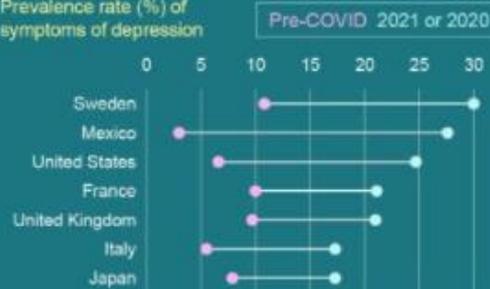
However, vaccination rates remain very low in many developing countries.

Source: Our World in Data.

The mental health impact has been huge

Prevalence of anxiety and depression is more than double the levels observed prior to the pandemic.

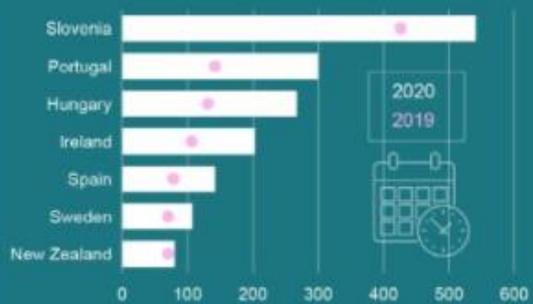
Prevalence rate (%) of symptoms of depression



Source: National data sources. Note: Sweden, Mexico, Italy and Japan refer to 2020.

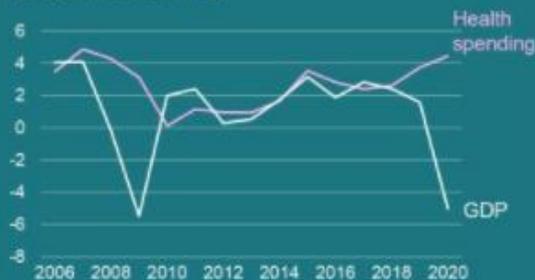
COVID-19 has disrupted health care for people with other needs

Number of days waiting for knee replacement (median)



COVID-19 has led to increases in health spending

Annual % growth in health expenditure and GDP per capita, OECD average



Smoking, harmful drinking & obesity are the root cause of many chronic conditions

Rates among adult population, *OECD average



These factors also increase the risk of people dying from COVID-19.

Fonte: OECD (2021), Health at a Glance 2021.

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Plano de Ação contra Mudanças Climáticas 2021-2025

O BID anunciou que seus empréstimos e projetos estarão totalmente alinhados com o acordo climático de Paris até 2023. Esse movimento ajudará os países da América Latina e do Caribe a combater as mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que avançam em medidas para ajudar as pessoas mais vulneráveis com uma recuperação sustentável para todos.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-launches-plan-action-fully-align-operations-paris-agreement-2023>

<https://interactive-publications.iadb.org/increasing-climate-ambition>

BID e Alemanha criam fundo de US\$ 20 milhões para fortalecer políticas fiscais verdes

O governo da Alemanha e o BID lançaram um fundo de US\$ 20 milhões (€ 17,5 milhões) para fortalecer as políticas fiscais verdes na América Latina e no Caribe. O fundo financeiro financiará projetos de assistência técnica específicos do país. Também ajudará a criar uma plataforma regional de compartilhamento de conhecimento para os ministérios das finanças para trocar as melhores práticas na concepção e implementação de políticas fiscais relacionadas ao clima.

Disponíveis em: <https://www.iadb.org/en/news/germany-idb-create-20-million-fund-strengthen-green-fiscal-policies>

BID, Alemanha e Holanda: promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia

O BID e os governos da Alemanha e dos Países Baixos anunciaram uma nova parceria para promover paisagens sustentáveis e proteção florestal na região amazônica, apoiando a Iniciativa Amazônica do BID.

Os governos da Alemanha e dos Países Baixos comprometeram-se a contribuir cada um com US\$ 17,5 milhões (€ 15 milhões) para um novo Fundo de Investimento multi-doadores da Bioeconomia e Manejo Florestal da Amazônia.

A parceria consiste em três linhas principais de ação: paisagens resilientes e diversas, cadeias de valor positivas da Amazônia e sustentabilidade nas cadeias de fornecimento de *commodities*.

A colaboração contará com um forte foco no empoderamento dos Povos Indígenas e Comunidades Locais (IPLCs), com metas dedicadas a garantir a priorização do IPLC como beneficiários.

Disponíveis em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-germany-and-netherlands-promote-sustainable-development-amazon>

Banco Mundial

Relatório: COVID-19 e Climate-Smart Health Care: Health Sector Opportunities for Synergistic Response to the COVID-19 and Climate Crises

O relatório lançado na 1ª semana de novembro de 2021, fornece um quadro baseado em lições da resposta global de saúde COVID-19 para ajudar os países a construir sistemas de saúde mais fortes e saltar para a cobertura universal de saúde (*Universal Health Coverage – UHC*, em inglês). Essa cobertura permite que os países tirem o máximo de seu capital humano, garantindo que as pessoas tenham acesso aos cuidados de saúde de que precisam sem sofrer dificuldades financeiras.

A pandemia tem demonstrado a necessidade de sistemas de saúde fortes como base para a preparação para emergências em saúde e para enfrentar os crescentes impactos na saúde das mudanças climáticas. Populações vulneráveis, como idosos, pessoas com condições de saúde pré-existent, minorias étnicas e grupos indígenas, bem como pessoas pobres que estão em maior risco de infecções pela COVID-19, devem estar entre aqueles que suportam o peso dos impactos à saúde das mudanças climáticas.

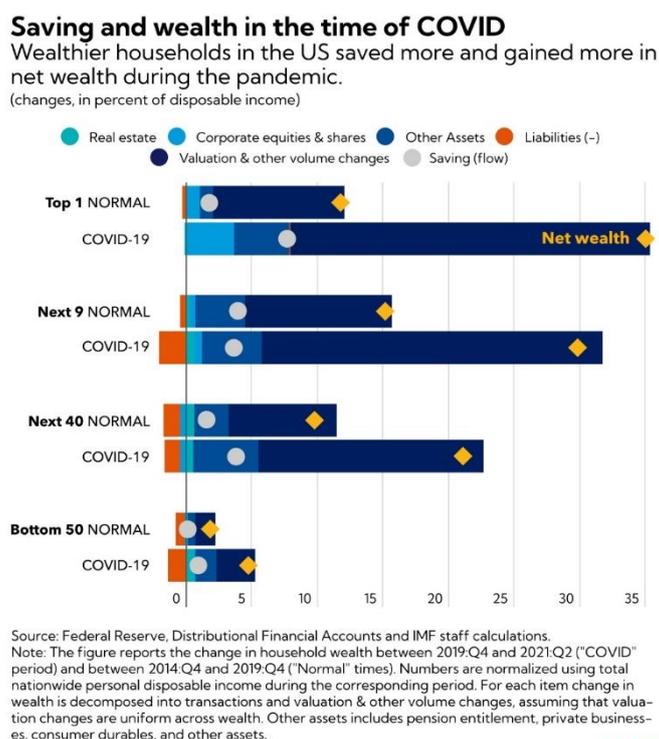
De acordo com o relatório, produzido pelo Banco Mundial e pelos Fundos de Investimento climático (CIF), os países que integraram sua resposta ao COVID-19 e à crise climática têm sido capazes de encontrar soluções de menor carbono e mais resistentes ao clima que sejam benéficas não apenas aos sistemas de saúde, mas também ao meio ambiente.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/11/03/covid-19-responses-could-help-fight-climate-change>

Fundo Monetário Internacional – FMI

A poupança desigual da COVID-19 e o aumento da riqueza

Economistas do FMI e do Federal Reserve mostraram em um gráfico lançado no dia 9 de novembro de 2021 sobre quatro pontos-chaves a respeito da poupança desigual provocada pela COVID-19 e o aumento da riqueza:



Primeiro: o aumento global da riqueza líquida, em percentual da renda disponível, foi consideravelmente maior durante a pandemia (entre o final de 2019 e o segundo trimestre de 2021) do que nos tempos normais (entre o final de 2014 e o final de 2019).

Segundo: foi impulsionado principalmente por mudanças de *valuation* (devido ao crescimento do patrimônio líquido e preços da habitação) bem como, em certa medida, pelo "aumento da poupança da COVID-19" (com um salto em "outros ativos", incluindo depósitos bancários).

Terceiro: esse aumento global da riqueza líquida também foi distribuído de forma desigual, com grande parte dela se acumulando para as pessoas no topo da distribuição. De fato, o "boom" dos preços das ações beneficiou principalmente os ricos, enquanto os bloqueios afetaram mais fortemente os gastos com refeições e viagens, o que torna uma parte maior dos hábitos de consumo das famílias mais ricas. Além disso, o apoio do governo, sob a forma de estímulo direto ou apoio às empresas, também beneficiou a economia das famílias mais ricas em comparação com as famílias mais pobres que eram mais propensas a gastar o dinheiro extra.

Quarto: ao mesmo tempo, a distribuição da riqueza entre os grupos não mudou muito, uma vez que os aumentos da riqueza líquida estavam relativamente em linha com as ações pré-pandemias na distribuição da riqueza.

Disponível em: <https://blogs.imf.org/2021/11/09/the-unequal-covid-saving-and-wealth-surge/>

Iniciativa bilateral para combater a pandemia

O FMI aprovou um desembolso equivalente a SDR265,2 milhões (US\$ 372,4 milhões ou 66,7% da cota) sob o *Rapid Credit Facility* (RCF) para a **Tanzânia**. Este desembolso permite que a **Tanzânia** aproveite plenamente sua nova elegibilidade para tomar empréstimos do Fundo integralmente em termos de concessão.

A **Tanzânia** continua a lutar contra a pandemia COVID-19. Relatórios recentes de dados da COVID-19 na Tanzânia indicam um aumento no número de casos em meio a uma terceira onda do vírus, enquanto os recibos de serviços de viagem e chegadas de viagens continuam abaixo dos níveis pré-pandemias. Devido ao impacto da pandemia e ao colapso do turismo na esteira das restrições de viagem, o crescimento supostamente desacelerou para 4,8% em 2020, e o desempenho econômico deve permanecer fraco em 2021.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/11/13/pr21333-IMF-Executive-Board-Approves-Rapid-Credit-Facility-Disbursement-Tanzania>

Informe BRICS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Claudia Hoirisch

Momento atual representa “Novo capítulo da globalização”

O presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Marcos Troyjo, disse durante audiência no Senado, que o momento atual representa “um novo capítulo da globalização” que favorecerá significativamente países emergentes, em especial o Brasil, por meio do agronegócio e dos financiamentos em infraestrutura.

Isso porque, se somarmos o PIB medido pelo poder de paridade de compra (PPC) do G7 (EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Canadá), teremos US\$ 42 trilhões; e se somarmos o E7 (PIB das sete maiores economias emergentes do mundo, China, Índia, Rússia, Brasil, Indonésia, México e Turquia), teremos US\$ 53 trilhões de PIB combinado. Ou seja, hoje os sete maiores emergentes têm PIB maior, em termos de paridade de compra, do que o G7.

Novos mercados

Troyjo acrescentou que essa mudança geoeconômica global vai trazer uma série de implicações que já podem ser observadas do ponto de vista comercial. Nos últimos 12 meses, o Brasil exportou mais para Singapura do que para a Alemanha; mais para a Tailândia do que para a França; mais para a Malásia do que para a Itália; mais para Hong Kong do que para a Inglaterra; mais para Bangladesh do que para Austrália, Áustria e Israel juntos. Ou seja, a ascensão dos emergentes não pode ser negada.

Isso está relacionado com o crescimento acelerado de países com grande território e de grande contingente populacional, como é o caso dos sócios no BRICS e de outros emergentes com grandes populações.

Outro fenômeno associado a esses “novos centros de grande demanda global” citados pelo presidente do banco, que foi criado pelos BRICS, está relacionado à reconfiguração das redes globais de valor, fenômeno que vai além das redes de suprimentos e envolve novas correntes de comércio e investimento.

Demanda

Troyjo citou estudos do banco prevendo que, nos próximos dez anos, a China gastará US\$ 25 tri em importações. Nesse contexto, o Brasil poderá ser muito beneficiado, já que detém, atualmente, cerca de 4% de tudo que a China compra do mundo, o que pode representar para o Brasil algo como US\$ 100 bi em exportações a cada ano.

Nesse sentido, o setor do agronegócio terá muito a lucrar, na medida em que países de grande contingente populacional têm aumento significativo de renda, e como eles partem de patamares de renda razoavelmente baixos, quando a renda incrementa é natural que essa renda seja destinada sobretudo ao consumo de calorias, alimentos e a investimentos em infraestrutura.

Infraestrutura

Troyjo acrescentou que uma “outra característica desse mundo que está descortinando” é “um grande paradoxo”, porque apresenta uma espécie de “desmassificação da economia”, com maior presença de tecnologias, aumento da expectativa média de vida, e uma “maior incerteza no ar”.

“Há portanto, um estoque de liquidez e de poupança global. Há um grande número de recursos disponíveis no mundo e, por outro lado, temos uma espécie de pequena oferta de grandes oportunidades e de grandes projetos que possam absorver [esses recursos], sobretudo do ponto de vista da infraestrutura. Precisamos construir pontes e dutos para conectar projetos que sejam bancáveis e lucrativos no longo prazo, e que mudem a sociedade com esses recursos que estão disponíveis”.

Ele lembrou que o BRICS criou o NDB há apenas seis anos. “Éramos apenas um pedaço de papel e hoje temos uma carteira de projetos aprovados. São cerca de 80 projetos na casa de R\$ 160 bilhões. É nesse novo banco de desenvolvimento que o Brasil tem sua maior fatia acionária, entre todos os bancos multilaterais de desenvolvimento. O Brasil é dono de 20% do NDB, e já detém R\$ 17 bi aprovados e prontos para investimentos no país, além da possibilidade de aprovação, pelo banco, de mais R\$ 6 bi em 2022 para investimentos em infraestrutura”.

Novos membros

O presidente do NDB defendeu a entrada dos países vizinhos do Brasil como membros do NDB, de forma a ampliar os investimentos na região. Dessa forma, disse ele, a América do Sul terá melhores condições de integrar infraestruturas, a exemplo do que já foi feito, há muito tempo, entre os países europeus.

“O aspecto mais importante da integração é a integração infra estrutural, a exemplo do que já foi feito na União Europeia. Isso, na América do Sul, ainda precisará ser feito. É o caso da integração do Atlântico com o Pacífico, por exemplo. Isso se faz necessário. Nesse aspecto, esse desafio da conjunção dos interesses entre o Brasil e seus vizinhos é fundamental”.

Vários embaixadores estrangeiros participaram da audiência, concordando com a necessidade de ligação de infraestruturas na região e pedindo ações do banco para essa integração. Ao lado dos Emirados Árabes e de Bangladesh, o Uruguai é um dos países que já estão em processo de integração para se tornarem também membros do banco.

As Nações Unidas já disseram que a falta de infraestrutura é o principal problema para os países atingirem os objetivos de desenvolvimento sustentável, e o NBD vai se inserir justamente aí.

BNDES captará US\$500 mi com banco Brics para projetos sustentáveis

O BNDES fará a captação de US\$ 500 mi ao longo de quatro anos com o NBD para a criação de projetos voltados para a sustentabilidade climática. A captação custeará projetos nos setores de mobilidade urbana sustentável, energias renováveis, cidades sustentáveis, mudança climática, florestas nativas, gestão e serviços destinados à redução de emissão de gases de efeito estufa, equipamentos eficientes e resíduos sólidos.

Segundo as regras do acordo, o BNDES tem prazo de 11 anos para restituir os recursos. Além disso, terá que patrocinar ao menos 5 projetos e cada um deles não poderá ultrapassar 20% do valor total captado, ou seja, US\$ 100 mi para cada operação. A parceria ajudará a complementar os recursos do Fundo Clima e os Compromissos Nacionalmente Determinados do Acordo de Paris 2015, do qual o Brasil fez parte.

Centro de P&D de vacinas BRICS: A facilidade virtual cobrirá 70% da população global, usando os blocos comerciais regionais de membros específicos

Além do Centro de vacinas, o BRICS entende a necessidade de instituir um Sistema Integrado de Alerta Precoce BRICS para prevenir os riscos de doenças infecciosas em massa. Os países participarão oferecendo aconselhamento por meio de uma rede multidisciplinar institucional composta pelos principais epidemiologistas, especialistas em doenças infecciosas, bacteriologistas e virologistas nos países do BRICS para cessar a ameaça de patógenos de alto risco antes da progressão para uma pandemia. Além disso, o bloco reconheceu a necessidade de estabelecer instalações laboratoriais modernizadas para o sequenciamento do genoma dos patógenos e um mecanismo de compartilhamento de dados de sequenciamento do genoma.

Fig. 1 - Os BRICS e os blocos de livre-comércio



Dos países do BRICS, a Índia tem a maior capacidade de produção de vacinas do mundo, enquanto a China e a Rússia possuem instalações de pesquisa viral significativas e estão atualizando e melhorando a capacidade de produção. O Brasil e a AS possuem as maiores capacidades de produção da AL e do continente africano, respectivamente. Todos os países do BRICS são membros de blocos de livre comércio com o Brasil no Mercosul, a Rússia na União Econômica da Eurásia (EAEU), a Índia no SAARC (Sul da Ásia), a China na Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP)²¹ da Ásia-Pacífico. A AS é membro-líder da Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA). Juntos, esses blocos representam cerca de 70% da população global.

²¹ A Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP, sigla em inglês) é um tratado de livre-comércio proposto na região Ásia-Pacífico entre os dez estados membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã e cinco dos parceiros da Área de Livre Comércio (ALC) da ASEAN - Austrália, China, Japão, Nova Zelândia e Coréia do Sul.

Resposta da Organização dos Estados Americanos (OEA) em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Luana Bermudez

Nos dias 10 a 12 de novembro foi realizada a 51ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral, órgão máximo da OEA onde são discutidos temas de interesse para os Estados membros e as decisões servem de guia para o funcionamento do organismo no próximo ano. O tema principal do evento foi “Por uma América renovada”.

Durante a Assembleia foram eleitos membros dos órgãos autônomos da OEA, como a CIDH, a Corte Interamericana, a Comissão Jurídica Interamericana, o Centro de Justiça das Américas, o Tribunal Administrativo e a Junta de Auditores Externos. Um dos membros eleitos para a Corte Interamericana é o brasileiro Rodrigo Bittencourt Mudrovitsch, que foi indicado pelo presidente Jair Bolsonaro e teve como orientador de mestrado o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

Os Estados membros aprovaram 3 declarações:

- Declaração Sobre a situação no Haiti
- Declaração "Renovado Compromisso com o Desenvolvimento Sustentável Pós-Covid-19 nas Américas"
- Declaração sobre a Questão das Ilhas Malvinas

Além disso, foram aprovadas 15 resoluções:

1. Papel prioritário da Organização dos Estados Americanos no desenvolvimento das telecomunicações/tecnologias da informação e da comunicação por meio da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL)
2. Iniciativas para a expansão das telecomunicações/TICs em áreas rurais e em áreas mal atendidas ou insuficientemente atendidas
3. Fortalecimento do papel da Organização dos Estados Americanos na promoção da resiliência aos desastres no Hemisfério
4. Promoção e proteção dos Direitos Humanos
5. Fortalecimento da Democracia
6. Direito Internacional
7. Programa de Orçamento da Organização para 2022
8. Promoção da segurança hemisférica: um enfoque multidimensional
9. Apoio e acompanhamento do Processo de Cúpulas das Américas
10. Aumentar e fortalecer a participação da sociedade civil e dos atores sociais nas atividades da Organização dos Estados Americanos e no processo de Cúpulas das Américas

11. Promoção de iniciativas hemisféricas na área de desenvolvimento integral: promoção da resiliência
12. Coordenação do voluntariado no hemisfério para a resposta a desastres e o combate à fome e à pobreza - Iniciativa Cascos Blancos
13. Carta Empresarial Interamericana
14. A situação na Nicarágua
15. Evolução da pandemia COVID-19 e seu impacto no Hemisfério

Cabe destacar que um dos assuntos que mais teve atenção das delegações presentes foi em relação à situação na Nicarágua, que teve eleições no dia 7 de novembro, onde Daniel Ortega foi eleito para seu 4o mandato. A resolução aprovada pela OEA considera as eleições do país ilegítimas e estabelece que o Conselho Permanente deve fazer uma avaliação coletiva sobre a crise política no país e apresentar os resultados antes do dia 30 de novembro. A resolução foi aprovada com uma rejeição, pela própria Nicarágua, e 7 abstenções.

Já a resolução sobre promoção e proteção de Direitos Humanos, entre outras coisas, faz um chamado para a promoção do intercâmbio técnico e cooperação regional de boas práticas dos Estados membros em relação a medidas adotadas no contexto da pandemia, buscando sempre aumentar o acesso a medicamentos, tratamentos, vacinas e outras tecnologias em saúde.

Por fim, cabe ressaltar a resolução sobre a evolução da pandemia e seu impacto no hemisfério. Nela, os Estados membros solicitam que o Conselho Permanente mantenha um diálogo regular com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para fortalecer a coordenação e cooperação para o combate da pandemia. A resolução também insta aos Estados membros que promovam a solidariedade no desenvolvimento e aquisição de vacina e outras tecnologias em saúde, e que apoiem as iniciativas internacionais de acesso, como o ACT-A, o C-TAP, e a Plataforma regional para o avanço da produção de vacinas e outras tecnologias de saúde nas Américas, e a iniciativa de transferência de tecnologia para a produção de vacinas de mRNA nas Américas, que inclui o hub de mRNA da Fiocruz.

A resolução também faz um apelo para um maior investimento em saúde pública na região com o objetivo de ampliar as capacidades produtivas nacionais e regionais, tema bastante defendido pelos países da região para alcançar a soberania sanitária. Os países defendem também a necessidade de articulação de posições comuns em organismos multilaterais, algo que era muito comum no âmbito da UNASUL.

A resolução também recupera algumas questões já levantadas em resoluções do Conselho Permanente, como a defesa da imunização como bem público global e o chamado às instituições financeiras internacionais para fornecer financiamento aos países em desenvolvimento. Por fim, solicita-se a implementação de estratégias de

comunicação e participação social para conquistar a confiança vacinal para alcançar o nível de vacinação necessário para por um fim à pandemia.

As discussões realizadas durante a Assembleia Geral deixam evidente as disputas políticas entre os países da região e a ingerência política dos Estados Unidos, que busca retomar sua influência na América Latina e Caribe. Neste sentido, é importante acompanhar as ações em relação à situação da Nicarágua e as preparações para a Cúpula das Américas, que será realizada nos Estados Unidos em meados de 2022. A OEA apresenta diversas resoluções que poderiam ser de grande importância para a região, porém a realidade é diferente, vemos um organismo com grandes limitações e uma grande manipulação do sistema interamericano por parte dos Estados Unidos.

https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=D-012/21
<https://www.youtube.com/playlist?list=PLkh9EPEuEx2tSy75sq7RZa1rlH7Ey7aDt>
<https://www.oas.org/en/51ga/>

América Latina e Caribe em saúde global e diplomacia da saúde

Sebastián Tobar e Miryam Minayo

Até o dia 12 de novembro de 2021, foram registrados 94,85 milhões de casos positivos e 2,31 milhões de óbitos por Covid-19 nas Américas.

De acordo a última roda de imprensa da OPAS²² do dia 10 de novembro, após dois meses consecutivos de declínio, as infecções por Covid-19 estão aumentando em alguns países das Américas. A OPAS informou que, na última semana, 700.000 novos casos e 13.000 mortes relacionadas à Covid-19 foram notificados em nossa região.

Depois que as medidas de saúde pública foram relaxadas, alguns surtos de casos foram observados na Colômbia, Bolívia e em alguns países do cone sul.

No Caribe, enquanto Cuba, Jamaica e Porto Rico relataram reduções em novas infecções, os casos estão aumentando na República Dominicana, Trinidad e Tobago e Barbados. As Ilhas Cayman e Dominica também apresentam um grande número de casos.

As Américas continuam avançando na vacinação, mais de 48% das pessoas na América Latina e no Caribe foram totalmente imunizadas contra a Covid-19. Embora permanecem as desigualdades no acesso. Na Jamaica, São Vicente e Granadinas e Guatemala, menos de uma em cada cinco pessoas foi vacinada e protegida. Na Nicarágua, a cobertura permanece em um dígito e no Haiti, menos de um por cento das pessoas foram totalmente vacinadas.

América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos em 12 de novembro de 2021

| | País | Casos Confirmados | Óbitos | Pessoas Vacinadas | | População em Milhares |
|----------------------------|----------------|-------------------|------------------|--------------------|------------------|-----------------------|
| | | | | Total | COVAX | |
| América do Norte | Canadá | 1.740.005 | 29.249 | 28.597.244 | --- | 38.067.913 |
| | Estados Unidos | 46.501.534 | 752.960 | 62.881.897 | --- | 332.915.074 |
| | México | 3.838.308 | 290.630 | 197.496.037 | 5.630.340 | 130.262.074 |
| Total Norte América | | 52.079.847 | 1.072.839 | 288.975.178 | 5.630.340 | 501.245.061 |
| América do Sul | Argentina | 5.302.445 | 116.209 | 27.090.784 | 4.296.400 | 45.605.823 |
| | Bolívia | 521.518 | 18.998 | 3.948.595 | 3.452.270 | 11.832.936 |
| | Brasil | 21.924.598 | 610.224 | 119.078.546 | 13.881.600 | 213.993.441 |
| | Chile | 1.721.025 | 37.936 | 15.604.640 | 818.400 | 19.212.362 |
| | Colômbia | 5.024.263 | 127.680 | 22.501.438 | 10.852.980 | 51.265.841 |
| | Equador | 519.560 | 32.989 | 10.467.328 | 1.862.040 | 17.888.474 |
| | Paraguai | 461.574 | 16.273 | 2.508.250 | 1.221.540 | 7.219.641 |
| | Peru | 2.211.366 | 200.554 | 16.261.705 | 4.126.890 | 33.359.416 |
| | Uruguai | 385.964 | 6.097 | 2.632.463 | 148.800 | 3.485.152 |
| Venezuela | 417.120 | 5.005 | 9.271.857 | 5.875.200 | 28.704.947 | |

²² <https://www.paho.org/es/medios/rueda-prensa-semanal-sobre-situacion-covid-19-region-amicas>

| | | | | | | |
|---|--|-------------------|------------------|--------------------|-------------------|----------------------|
| Total América do Sul | | 38.499.433 | 1.171.965 | 229.365.606 | 46.536.120 | 432.568.033 |
| América Central | Belize | 28.749 | 530 | 187.697 | 159.300 | 404.915 |
| | Costa Rica | 563.924 | 7.190 | 2.922.621 | 648.150 | 5.139.053 |
| | El Salvador | 117.544 | 3.715 | 3.964.646 | 3.606.050 | 6.518.500 |
| | Guatemala | 608.307 | 15.627 | 3.503.181 | 2.281.420 | 18.249.869 |
| | Honduras | 376.841 | 10.350 | 3.622.891 | 4.444.620 | 10.062.994 |
| | Nicarágua | 13.150 | 210 | 494.411 | 2.870.470 | 6.702.379 |
| | Panamá | 474.002 | 7.338 | 2.701.735 | 285.420 | 4.381.583 |
| Total América Central | | 2.182.517 | 7.338 | 17.397.182 | 14.295.430 | 51.459.293 |
| Caribe e Ilhas do Oceano Atlântico | Cuba | 158.097 | 8.279 | 7.883.145 | --- | 11.351.786 |
| | Haiti | 24.485 | 708 | 153.182 | 600.100 | 11.543.315 |
| | República Dominicana | 393.383 | 4.165 | 5.448.530 | 463.200 | 10.953.714 |
| | Resto dos Países do Caribe Ilhas e Territórios | 696.594 | 13.617 | 5.240.635 | 1.840.770 | 11.584.655 |
| Total Caribe e Ilhas do Oceano Atlântico | | 2.092.870 | 26.769 | 11.422.597 | 2.904.070 | 45.433.470 |
| TOTAL DA REGIÃO DAS AMERICAS | | 94.854.667 | 44.960 | 547.160.563 | 60.374.960 | 1.030.705.857 |

Fonte: <https://ais.paho.org/phil/viz/COVID19Table.asp> e https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp Acesso: 15 de novembro.

DIPLOMACIA DA SAUDE

Seminário Técnico sobre Acesso às Vacinas contra a Covid-19 no Mercosul: Estratégias Nacionais e Possibilidades de Expansão da Capacidade Produtiva

No âmbito da Presidência Pro Tempore do MERCOSUL do Brasil, foi realizado em 9 de novembro o *Seminário Técnico sobre Acesso às Vacinas Covid-19 no MERCOSUL: Estratégias Nacionais e Possibilidades de Expansão da Capacidade Produtiva*.

O Seminário teve a presença de representantes de Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, além de altos dirigentes do Itamaraty, Ministério da Saúde e da Fiocruz. Logo depois da abertura formal do Seminário, as delegações visitaram as instalações de Instituto de Tecnologia Imunobiológicos BioManguinhos, acompanhando o processo de produção de vacinas desde a formulação dos imunizantes, passando pelo envase e chegando à rotulagem e embalagem.

O Seminário analisou as demandas nacionais e as estratégias de aquisição de vacinas em cada contexto nacional, foram apresentadas experiências importantes da Argentina e do Brasil de produção de vacinas, bem como as experiências na região de transferência de tecnologia para a vacina contra a Covid-19. Nesse sentido, refletiram sobre como promover a cooperação para catalisar capacidades de pesquisa e desenvolvimento, bem como, como incentivar a produção de vacinas no MERCOSUL por meio da promoção de sinergias complementares e ganhos de economia de escala.

Argentina está buscando a transferência tecnológica ao apostar em um consórcio privado e o Brasil tem se valido das instituições públicas como a Fiocruz e o Butantan para produzir vacinas para o seu sistema de saúde. Outros países como Paraguai e Uruguai estão experimentando demoras no acesso as vacinas. Cada país relatou as experiências de aquisição de vacinas e concluíram que ainda temos desafios para o acesso à vacina para o reforço e a terceira dose.

Dimas Covas, presidente do Instituto Butantan, e Maurício Zuma, diretor de Bio-Manguinhos, destacaram que é preciso conhecer as necessidades e capacidades dos países vizinhos, no que seria um passo inicial para estabelecer parcerias e deixar a região menos dependente da América do Norte, Europa e Ásia nesse setor.

A Fiocruz apresentou a experiência de Bio-Manguinhos/Fiocruz na produção de vacinas e da Covid-19 com a parceria com a AstraZeneca. Mauricio Zuma de Biomanguinhos apontou: *“A América Latina deixou de investir em seus laboratórios. Lembro de reuniões anos atrás em que países como Venezuela, Peru, todos produziam vacinas. Hoje a produção de muitos deles está prejudicada”*, disse.

O Vice vice-diretor de Desenvolvimento Tecnológico de Bio-Manguinhos, Sotiris Missailidis, apontó que *“O RNA mensageiro pode ser usado não somente contra a Covid-19, mas para o desenvolvimento de vacinas em menor espaço e custos para outros vírus respiratórios sem depender do Norte”*.

James Fitzgerald, chefe do Departamento de Sistemas e Serviços em Saúde da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), ressaltou a melhora da situação na América Latina, que já foi considerada o epicentro da pandemia. Mas a região enfrenta desafios, como dificuldades para conseguir insumos e capacidade de desenvolvimento. *“Precisamos de foco integrado e cooperação entre os países, pôr a inovação a serviço da saúde. Uma coordenação multissetorial é fundamental”*, disse. *“Esperamos que o Mercosul participe ativamente”*.

O diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), Paulo Buss, propôs a criação de um grupo de trabalho em Saúde dentro do Mercosul, apoiado por especialistas, para discutir as propostas surgidas no seminário e preparar sugestões de ações a serem levadas aos ministros. *“Esse tema não pode cair no vazio. E o Mercosul precisa de resultados concretos”*, disse.

Os resultados do Seminário serão apresentados aos Ministros de Saúde na reunião presencial que ocorrerá no dia 19 de novembro, em Foz de Iguaçu.

O Caribe destaca estratégias para apoiar a recuperação pós-pandemia por meio de maior solidariedade e integração regional

No dia 5 de novembro, autoridades e especialistas sub-regionais e internacionais discutiram como acelerar a recuperação e fortalecer a resiliência econômica da sub-região durante a 20ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do Comitê de Cooperação e Desenvolvimento do Caribe, convocado pela CEPAL.

Na reunião, autoridades e representantes de 14 Estados membros, 10 membros associados do Caribe e cinco da América Latina, bem como especialistas de organizações sub-regionais e internacionais e outros especialistas discutiram as estratégias necessárias para apoiar a recuperação pós-pandemia por meio de uma maior solidariedade e integração regional.

Os Estados do Caribe enfrentam desafios multidimensionais que definem sua vulnerabilidade e requerem soluções inovadoras em questões financeiras, tecnológicas e institucionais para acelerar a recuperação e fortalecer a resiliência econômica na sub-região.

A CEPAL elaborou um documento²³ sobre a recuperação do Caribe. Em seu discurso de abertura, a Secretária Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, indicou que esta reunião oferece aos países da sub-região a oportunidade de refletir sobre os temas de desenvolvimento mais urgentes. *“A CEPAL está totalmente comprometida com a implementação da estratégia ‘Caribbean First’. Estamos fazendo todo o possível para que as necessidades e os interesses do Caribe ocupem um lugar de destaque em nosso trabalho”*, destacou.

Seminário sobre a alta prevalência de doenças não transmissíveis no Caribe (CEPAL e Agência Caribenha de Saúde Pública-CARPHA)²⁴

A alta prevalência de doenças não transmissíveis no Caribe, como hipertensão, diabetes e câncer, está exacerbando o impacto da pandemia da Covid-19 e dificultando o avanço da sub-região em direção ao desenvolvimento sustentável devido a suas múltiplas condições econômicas e de saúde.

O objetivo geral deste seminário²⁵ foi examinar o fator de confusão da Covid-19 em relação às DNTs e destacar a contribuição que uma abordagem analítica econômica ao problema das DNTs poderia dar para abordar de forma sustentável os desafios de desenvolvimento colocados por essas doenças crônicas. O principal resultado esperado do seminário é um conjunto de ações propostas e recomendações para diferentes partes interessadas no tratamento sustentável dos desafios colocados às economias caribenhas pelas DNTs.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que as DCNT são a principal causa de morte nos países da sub-região, variando de 57% no Haiti a 83% em Barbados. Em cada país do Caribe, mais da metade das mortes anuais podem ser atribuídas a doenças não transmissíveis e essas são uma fonte significativa de deficiência.

A pandemia exacerbou os riscos enfrentados por pessoas com doenças não transmissíveis: não só continuam a ter um risco aumentado de morrer ou sofrer doenças graves devido à infecção por Covid-19, como também foram afetadas por interrupções nos cuidados de saúde devido à sobrecarga de serviços.

A Agência Caribenha de Saúde Pública (CARPHA) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) assinaram um acordo para alcançar a Segurança Sanitária Regional do Caribe²⁶

No dia 11 de novembro, a Agência Caribenha de Saúde Pública (CARPHA) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) assinaram um acordo para alcançar a Segurança Sanitária Regional do Caribe, por meio do fortalecimento da capacidade central da CARPHA para prevenir, detectar, responder e controlar surtos de doenças infecciosas.

²³ https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/20_mccdcc_ddr1_-_conference_document_2_nov_2021_0.pdf

²⁴ <https://www.cepal.org/es/comunicados/la-alta-prevalencia-enfermedades-transmisibles-caribe-esta-exacerbando-impacto-la>

²⁵ <https://www.cepal.org/es/node/54788>

²⁶ <https://carpha.org/More/Media/Articles/ArticleID/537/JICA-and-CARPHA-Signed-Agreement-for-New-Cooperation-Against-COVID-19>

Com base no pedido da CARPHA e na decisão do Governo do Japão, a JICA, uma organização executora da Assistência Oficial ao Desenvolvimento do Japão (ODA), está colaborando em um novo projeto de cooperação técnica, incluindo o fornecimento de kits de teste e equipamentos de laboratório no valor de 1 milhão de dólares. Hoje, ambas as partes assinaram a ata das discussões do acordo oficial da cooperação.

O projeto contribuirá para fortalecer a capacidade de testes diagnósticos do CARPHA, incluindo sua capacidade de relatar adequadamente aos Estados Membros, promovendo e aprimorando os sistemas de prevenção, detecção e resposta para eventos de saúde pública e eventos que ameaçam significativamente a segurança sanitária dentro dos Membros do CARPHA Estados.

No âmbito do projeto Avanço da Segurança Sanitária Regional para Prevenção e Controle de Surtos de Doenças Transmissíveis no Caribe, uma quantia significativa será destinada à compra de reagentes e insumos para o sequenciamento do genoma. Além disso, a bolsa apoiará a compra de reagentes para testes regulares, a compra de uma máquina centrífuga e uma máquina de purificação. A doação também apoiará o Sistema de Informação Laboratorial da CARPHA e o treinamento da equipe do laboratório para se manter a par dos avanços nas técnicas e práticas de teste.

O Tobago New Normal Task Force fez parceria com a CARPHA para equipar as partes interessadas do turismo local com as informações e ferramentas necessárias para criar um ambiente mais seguro para todos durante a COVID-19²⁷

A Força Tarefa foi criada pelo Secretário-Chefe e Secretário de Turismo, Cultura e Transporte, Ancil Dennis, para desenvolver planos estratégicos para garantir a reabertura do setor de turismo seguro e sustentável. A associação é composta por representantes da indústria de turismo dos setores público e privado, bem como autoridades de saúde locais, e é liderada pela Presidente Cherry-Ann Edwards-Louis, Gerente de Turismo da Divisão de Turismo, e pela Vice-Presidente Dra. Tiffany Hoyte, Diretora Médica de Saúde do Condado.

A Presidente da Força-Tarefa, Sra. Cherry-Ann Edwards-Louis, declarou: *"A Nova Força-Tarefa Normal de Tobago tem o mandato de orientar a recuperação sustentável do setor de turismo de Tobago. No entanto, isso só pode ser alcançado por meio de uma maior colaboração com todas as partes interessadas. Abraçamos totalmente o selo Healthier Safer Tourism (HST) da CARPHA, e incentivamos as partes interessadas do turismo a adquirir essa certificação, pois ela serve para garantir um produto turístico mais saudável, seguro e resiliente"*.

O selo HST foi adotado por Trinidad e Tobago como a certificação oficial de segurança para operadoras de turismo locais e faz parte do Programa Regional de Turismo e Saúde (THP) multifacetado e multissetorial que trata da saúde, segurança e saneamento ambiental no destino.

A iniciativa culminou com uma reunião estratégica crítica entre a Força Tarefa, a equipe da CARPHA e os Administradores da Divisão de Turismo, Cultura e Transporte, e a Divisão de Saúde, Bem-estar e Desenvolvimento Familiar, para discutir a futura implementação do Turismo

²⁷ <https://carpha.org/More/Media/Articles/ArticleID/534/Tobago-New-Normal-Task-Force-and-CARPHA-Forge-Commitment-to-Healthier-Safer-Tourism>

Regional e Programa de Saúde (THP), com a intenção de elevar o turismo de Tobago a um nível mais alto e seguro.

A nova Força-Tarefa Normal de Tobago continua a envolver parceiros de saúde e turismo na ilha, na Região e em todo o mundo no cumprimento de seu mandato de orientar a implementação dos padrões e protocolos Covid-19, de acordo com a Divisão de Saúde, Bem-estar e Desenvolvimento da Família, Ministério da Saúde, CARPHA e diretrizes de saúde pública para fornecer aos visitantes a garantia de que Tobago é uma opção mais saudável e segura de hospedagem e serviços turísticos.

Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA)²⁸

Em 11 de novembro de 2021, a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA) foi realizada para discutir e aprovar o Plano de Reativação Econômica Pós-Covid-19 e as diretrizes de biossegurança para Covid-19, aplicável ao setor turístico da América Central. Participaram da reunião representantes dos 8 Estados membros da COMISCA: pela Presidência Pro Tempore do Ministério da Saúde da Guatemala, Doutor Francisco Coma; pelo Ministério da Saúde de El Salvador, Dr. Ronald Pérez; Ministério da Saúde do Panamá, Dr. Luis Garrido; Ministério da Saúde de Belize, Dr. Javier Zuniga; Ministério da Saúde da Nicarágua, Dra. Martha Reyes; Ministério da Saúde da Costa Rica, Dr. Daniel Salas; Ministério da Saúde da República Dominicana, Licenciado Miguel Rodríguez; do Ministério da Saúde de Honduras, Dr. Nery Cerrato; e a Secretária Executiva do COMISCA, Dra. Alejandra Acuña Navarro e funcionários da Secretaria Executiva do COMISCA.

²⁸ https://www.sica.int/noticias/comisca-realiza-reunion-extraordinaria_1_128704.html

Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg

União Africana

Entrada em vigor do Tratado para a criação da Agência Africana de Medicamentos (AMA)

O Tratado da AMA foi adotado pelos Chefes de Estado e de Governo da UA a 11 de fevereiro de 2019. A Agência Africana de Medicamentos aspira a aumentar a capacidade dos Estados-Membros e das Comunidades Económicas Regionais reconhecidas pela União Africana para regular os produtos de saúde, a fim de melhorar o acesso aos mesmos em termos de qualidade, segurança e eficácia no continente. A AMA deve basear-se nos esforços da Iniciativa Africana de Harmonização Regulamentar de Medicamentos (AMRH - *African Medicines Regulatory Harmonization*, 2009), que é liderada pela Agência de Desenvolvimento da União Africana - a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (AUDA-NEPAD, *the Africa Union Development Agency - the New Partnership for Africa's Development*). A iniciativa AMRH fornece orientação às Comunidades Económicas Regionais (RECs - *Regional Economic Communities*) e Organizações Regionais de Saúde (RHO - *Regional Health Organizations*) reconhecidas pela UA, para facilitar a harmonização dos requisitos e práticas regulamentares entre as autoridades nacionais de medicamentos (NMRAs - *National Medicines Authorities*) dos Estados Membros da UA. A AMA será a segunda agência de saúde especializada da União Africana depois do CDC África.

A AMA irá, entre outras funções, prover orientações regulamentares, pareceres científicos e um quadro comum para ações regulamentares sobre produtos de saúde, bem como questões prioritárias e emergentes, incluindo pandemias no caso de uma emergência de saúde pública no continente com implicações transfronteiriças ou regionais, onde novos produtos de saúde deverão ser aprovados para pesquisas e ensaios clínicos. A Agência irá convocar, em colaboração com a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma Conferência Africana de Reguladores de Medicamentos (AMRC – *African Medicines Regulators Conference*), e de outros organismos, e realizará reuniões relacionadas com a regulação de produtos de saúde em África.

O Uganda tornou-se o 26º Estado-Membro da União Africana a assinar o Tratado para a criação da Agência Africana de Medicamentos (AMA - *African Medicines Agency*). A União Africana continua a contar com a liderança dos Estados-Membros que assinam e ratificam esse Tratado para mobilizarem outros Estados-Membros da sua região para assinarem e ratificarem o Tratado. Por isso, no ato de assinatura do Tratado, a embaixadora do Uganda junto da União Africana reconheceu o importante papel que a AMA irá desempenhar principalmente no contexto de resposta à pandemia.

O 15º instrumento de ratificação foi depositado na União Africana no passado mês de outubro e o Tratado entrou em vigor, de acordo com o artigo 38º, desse Tratado, a 5 de Novembro de 2021. A Comissão espera ter a AMA estabelecida em 2022.

Até à data, somente 26 Estados-Membros assinaram o Tratado, 18 destes o ratificaram e 17 (Algeria, Benin, Burkina Faso, Cameroon, Chad, Gabon, Ghana, Guinea, Mali, Mauritius, Namibia, Niger, Rwanda, Seychelles, Sierra Leone, Tunisia and Zimbabwe) depositaram os instrumentos de ratificação junto da Comissão da União Africana. O Marrocos ratificou o Tratado mas ainda não depositou o instrumento de ratificação junto da Comissão.

A Comissão da União Africana encoraja todos os seus Estados membros a assinar e ratificar o Tratado para o estabelecimento do AMA no interesse da saúde pública, segurança e proteção. O Tratado está disponível para assinatura na Sede da Comissão em Adis Abeba, Etiópia.

<https://au.int/en/pressreleases/20211101/uganda-republic-signs-treaty-establishment-ama>

<https://au.int/en/pressreleases/20211109/treaty-establishment-african-medicines-agency-ama-enters-force>

https://au.int/sites/default/files/treaties/36892-treaty-0069_-_ama_treaty_p.pdf

Dia Africano de Segurança Alimentar e Nutricional

A comemoração do Dia Africano da Segurança Alimentar e Nutricional (ADFNS - *Africa Day for Food and Nutrition Security*) foi marcada por um colóquio virtual durante dois dias, sob os auspícios da Comissão da União Africana (AUC - *African Union Commission*). Os Chefes de Estado e de Governo da União Africana, reunidos em Kampala, Uganda, em 2010, estabeleceram 30 de outubro como um dia para destacar a essência e a necessidade dos Estados-Membros se focarem nos desafios persistentes de insegurança alimentar e nutricional que o continente ainda enfrenta.

A celebração deste ano teve como tema "*Redescobrimo dietas locais para sistemas alimentares e nutricionais sustentáveis*", e foi organizada pelo Departamento de Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável (DARBE - *Department of Agriculture, Rural Development, Blue Economy and Sustainable Environment*) da União Africana, conjuntamente com a Agência de Desenvolvimento da União Africana - NEPAD (AUDA-NEPAD) e outras organizações. A comemoração do evento foi, entre outros, caracterizada por dois dias de palestras, debates, partilha de informação e novos conhecimentos nas áreas afins.

No primeiro dia, foram discutidas 4 subtemas diferentes, nomeadamente:

Subtema 1: Estratégias para promover o aumento de produção e processamento de culturas alimentares africanas ricas em nutrientes. Os participantes recomendaram mais educação pública e investimentos em alimentos indígenas nas políticas e planos de ação nacionais, regionais e continentais.

Subtema 2: Ampliar tecnologias inovadoras para o processamento intensivo e diversificação das dietas africanas. Das discussões ficou registado que mais de 200 variedades de culturas estavam a ser testadas, incluindo produtos alimentares tradicionais africanos, tais como mandioca, painço e feijão. No entanto, os participantes apelaram, entre outros, ao desenvolvimento de produtos alimentares indígenas, utilizando a inovação para melhorar a procura e o desenvolvimento do mercado.

Subtema 3: Maior disponibilidade do mercado e alcance dos alimentos africanos densos em nutrientes. Os debates apelaram ao empenho dos Estados-Membros na implementação da Declaração de Malabo e na Estratégia Regional Africana de Nutrição, bem como ao investimento na pesquisa de alimentos locais.

Subtema 4: Criar ambiente político propício para influenciar o investimento do sector privado em dietas locais para a transformação dos sistemas alimentares africanos. Os participantes apelaram, entre outras, a uma abordagem multifacetada no desenvolvimento e implementação de políticas.

No segundo dia, um plenário geral propiciou o pronunciamento das principais lideranças e partes interessadas do continente, nomeadamente:

O Diretor Executivo da AUDA - NEPAD lamentando a cedência da produção alimentar no continente a empresas estrangeiras, apesar de África ter o potencial e a capacidade de assumir essa liderança, tendo apelado a um renovado esforço concertado no continente para ajudar a resolver essa situação;

A Comissária para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável, apelou a uma nova abordagem no investimento na agricultura que se baseasse no conhecimento e na pesquisa, com enfoque na produção de alimentos africanos para ajudar a resolver o problema da desnutrição no continente.

O Presidente do Grupo de Coordenação dos Parceiros de Desenvolvimento (DPCG - *Development Partners Coordination Group*) do Programa Abrangente para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP - *The Comprehensive Africa Agriculture Development Programme*), opinou que a consecução da suficiência alimentar e da melhoria dos valores nutricionais nas dietas africanas através dos alimentos africanos exigiria que os Estados-Membros e as principais partes interessadas continuassem empenhados na implementação da Declaração de Malabo adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo da União Africana em 2014 para acabar com a fome até 2025, aderindo assim aos princípios do CAADP, que visa melhorar a produção agrícola no continente até 2025. Observou ainda que a emergência da Covid-19 e a recomendação de uma dieta saudável como uma das melhores formas de sobreviver à pandemia torna mais relevante a procura de melhores dietas indígenas saudáveis no continente.

[https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41110-pr-PR-Commemoration of 12th ADFNS-Oct 2021 rev.pdf](https://au.int/sites/default/files/pressreleases/41110-pr-PR-Commemoration%20of%2012th%20ADFNS-Oct%202021%20rev.pdf)

CDC África

Os Centros de Excelência em vacinação contra a Covid-19

O Institut Pasteur de Marrocos e o Centro Biomédico do Ruanda demonstraram eficiência no lançamento da vacinação contra a Covid-19 nos seus respectivos países. Por exemplo, Marrocos já vacinou mais de 80% da sua população-alvo. O Ruanda imunizou cerca de 25% da sua população elegível e pretende atingir uma cobertura de 40% até final de 2021. Dos Centros de Excelência da vacinação do CDC África espera-se que forneçam serviços de capacitação a profissionais de diferentes Estados-Membros em toda a África e partilhem as melhores práticas de gestão de centros de vacinação, logística de distribuição de vacinas, o envolvimento da comunidade e comunicação de riscos.

O Professor *Maaroufi Abderrahmane*, Diretor do Institut Pasteur de Marrocos disse que está muito entusiasmados por Marrocos fazer parte destas redes de Centros de Excelência do CDC África para vacinação contra a Covid-19 e partilhar a experiência desse país e oferecer assistência técnica, se solicitada, a outros Estados-Membros da União Africana.

Por sua vez, o Ministro da Saúde do Ruanda afirmou que espera que o país atinja a taxa de 40% de vacinados até final de 2021 e ansioso por trabalhar de perto com outros países africanos para partilhar as suas experiências, bem como assistência técnica a outros, se necessário, como parte da parceria entre o CDC África a Fundação Master Card em apoio aos Centros de Excelência da vacinação.

<https://africacdc.org/news-item/africa-centres-for-disease-control-and-prevention-designate-institut-pasteur-morocco-and-rwanda-biomedical-centre-covid-19-vaccination-centres-of-excellence/>

OMS AFRO

Novos casos COVID-19 e mortes comunicados na semana passada continuam a diminuir durante quatro meses consecutivos desde a terceira vaga que atingiu o seu pico no início de Julho. No entanto, observou-se um ligeiro aumento em alguns países. Esta é a quarta semana consecutiva que a África do Sul não comunica o maior número de novos casos.

Como parte de fortalecimento da capacidade de sequenciamento genômico, serão enviados equipamentos para a Namíbia, Moçambique, Seychelles, Lesoto, Angola, e Comores ainda em novembro para ajudar os países a produzir os seus próprios dados genômicos até final de 2021.

<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/348305/OEW45-0107112021.pdf>

Pandemia dos não vacinados na Europa?

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A Europa volta à condição de epicentro da pandemia da covid-19, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). O diretor regional da OMS Europa, Hans Kluge, disse em pronunciamento, que todos os países da Europa e da Ásia Central enfrentam ameaça real de ressurgência da Covid-19, ou já a encontraram. A variante Delta ainda é predominante. Na última semana, a Europa registrou crescimento de 6% do número de mortes e novos casos e a Ásia Central, 12%. Juntos, responderam por 59% dos novos casos e 48% das mortes reportadas globalmente. Considerando as 4 últimas semanas, o crescimento de novos casos na Europa foi de 55%. A tendência de crescimento é vista em todos os grupos etários, especialmente entre os mais velhos, com casos mais graves e mortes – 75% dos casos fatais estão entre os maiores de 65 anos. As hospitalizações mais que dobraram em uma semana, com projeções para outro meio milhão de mortes na Europa e Ásia Central, até fevereiro de 2022.

A baixa cobertura vacinal e o relaxamento das medidas sociais e de saúde pública são apontados como os responsáveis por este cenário. Os países da Europa e da Ásia Central estão em diferentes estágios da campanha de vacinação. Na média, 47% da população tem esquema completo. Enquanto 8 países têm cobertura superior a 70%, em dois países, a taxa é inferior a 10%. Onde a vacinação é baixa, as taxas de admissão hospitalares são altas. A variação na cobertura vacinal reflete questões sobre os serviços de vacinação e entrega, assim como a falta de confiança em alguns grupos. Kluge diz ser imperativo que as autoridades empreendam todos os esforços para acelerar a imunização. A terceira dose volta a ser recomendada para os mais velhos.

Kluge defendeu o uso de máscara, testagem, rastreamento de casos, ventilação adequada em espaços fechados e distanciamento físico, como ferramentas de defesa. Ele vislumbra mudança tática, que previna que os novos surtos aconteçam, ao invés de reagir a eles, associando aos quadros epidemiológicos locais, o fortalecimento ou relaxamento das medidas de isolamento social. Para ele, são medidas preventivas que – se aplicadas correta e consistentemente - podem evitar futuros lockdowns. Conclui dizendo que só sairemos da pandemia, se políticos, cientistas e público trabalharem conjuntamente. Devemos estar atentos e agir cedo, ao primeiro sinal de mudança de cenário e avanço do vírus²⁹.

O ritmo de vacinação desacelerou em todo o continente europeu nos últimos meses e seguem díspares. As populações vacinadas são bem menores em alguns países do leste europeu. A Rússia conta com pouco mais de 30% de sua população totalmente vacinada em outubro de 2021. Lá aconteceram os aumentos mais dramáticos nas mortes na semana passada, quando mais de 8,1 mil mortes foram registradas. Enquanto cerca de 80% das pessoas na Espanha estão totalmente imunizadas com pelo menos duas doses, na Alemanha, essa taxa não passa dos 70%. Autoridades de saúde pública alemãs estão preocupadas de que uma quarta onda de infecção possa trazer muitas mortes e pressão sobre o sistema de saúde. Lothar Wieler, do instituto RKI da Alemanha, falou na quinta-feira sobre números assustadores. "Se não tomarmos contramedidas agora, esta quarta onda trará ainda mais sofrimento", disse ele³⁰.

²⁹ <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/statements/2021/statement-update-on-covid-19-europe-and-central-asia-again-at-the-epicentre-of-the-pandemic>

³⁰ <https://www.msn.com/pt-br/noticias/mundo/covid-por-que-europa-voltou-a-ser-epicentro-das-infec%C3%A7%C3%B5es-por-coronav%C3%ADrus-no-mundo/ar-AAQmik8?ocid=mailsignout&li=AAggXC1>

A Itália tem uma das maiores taxas de vacinação para maiores de 12 anos, mas mesmo ali os novos casos aumentaram 16,6% na semana passada. Em Portugal, o país com a maior taxa de vacinação completa do mundo (87,39% da população está totalmente imunizada), as novas infecções passaram de 1 mil pela primeira vez desde setembro. A Espanha é um dos poucos países que não registrou aumento na transmissão.

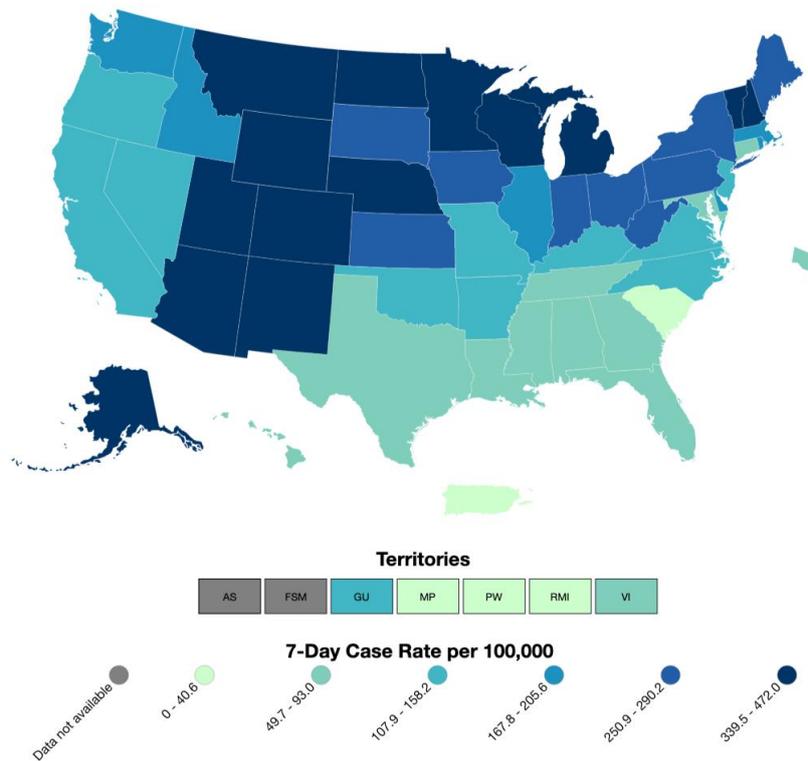
Levando em conta que casos aumentam mesmo em países com boa cobertura vacinal, a última edição do [Boletim Observatório Covid-19 da Fiocruz](#) alerta que esse cenário pode se repetir no Brasil, que onde o ritmo da vacinação em primeira dose desacelera e se começa a relaxar medidas como o uso de máscara e o distanciamento social.

EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

Os casos, internações e mortes da COVID-19 sofreram um aumento principalmente no Oeste, Centro-Oeste e Nordeste do País. O jornal NY Times anunciou que o número médio de novos casos aumentou mais de 40% no Novo México, Colorado, Illinois e Minnesota, aonde as taxas de vacinação estão um pouco acima da média nacional. Setenta por cento dos adultos americanos, e 59% de todos os americanos, estão totalmente vacinados. Cerca de 1,3 milhão de doses estão sendo administradas diariamente.

US COVID-19 7-Day Case Rate per 100,000, by State/Territory



Diplomática

O comunicado conjunto sobre mudanças climáticas entre EUA e China e a reafirmação da liderança “central” de Xi Jinping e de seu pensamento na sexta plenária do 19 Congresso do Partido Comunista representam duas grandes vitórias para o presidente Chinês e reforçam sua posição central na diplomacia presidencial internacional. Espera-se assim que Xi assuma um terceiro mandato num momento em que os chineses identificam “mudanças que não se veem em um século”. Na visão dominante na China, essas mudanças dizem respeito ao retorno do país ao centro do mundo ao mesmo tempo em que o ocidente norte-atlântico perde sua relevância e demonstra inabilidade de lidar com problemas internos.

Ao mesmo tempo, os chineses começam a ser mais assertivos sobre seu sistema político, ampliando críticas aos modelos de democracia ocidental e reafirmando seu modelo de democracia “com as pessoas no centro”. Para publicações oficiais, a capacidade do sistema chinês de evitar a perda de vidas durante a pandemia é uma prova de como a democracia chinesa é mais democrática do que a democracia dos outros. Na argumentação de veículos como o Global Times, países ocidentais se colocam como os detentores de direitos de propriedade intelectual sobre o que é democracia. Para o jornal chinês, a democracia chinesa está cada vez mais vigorosa enquanto as ocidentais estão envelhecendo.

Na mesma reunião da sexta plenária do Congresso, foram feitas reflexões sobre os cem anos da história do Partido Comunista da China. A plenária dividiu a história em quatro períodos diferentes: a revolução da nova democracia (Mao), o período de revolução e construção democrática (Mao), o período de reforma e abertura e modernização socialista (Deng, Jiang e Hu) e o quarto, é a nova era do socialismo com características chinesas (Xi).

Xi, então, é visto como nome mundialmente responsável por fazer avançar o socialismo chinês ao mesmo tempo em que se coloca como uma liderança para temas caros da governança global, como mudanças climáticas. Entre os principais aspectos da governança climática global, que foi inserido no comunicado conjunto com a Casa Branca, está a responsabilidade dos países desenvolvidos em financiar e transferir tecnologias de matrizes de baixo carbono.

Nesse aspecto, é relevante lembrar de um dos principais mecanismos chineses de monitoramento e metas para descarbonização da economia. Chamado “controle duplo”, foca tanto na demanda e, especialmente na produção. A ênfase maior é então na redução da intensidade do uso de energia como um indicador-chave. A ideia é produzir mais com menos. Do outro lado, da demanda, há metas de redução geral de consumo. Da mesma forma que nos acordos internacionais, as províncias mais pobres da China possuem mais flexibilidade. Ningxia, Xinjiang e Mongólia Interior, que foram responsáveis por 70% do aumento do total de emissões do país, de acordo com o Centro Nacional de Estratégias para Mudança Climática e Cooperação Internacional, a taxa de crescimento da média anual de emissões de carbono vem se desacelerando, caindo de 12,7% no período do 10º Plano Quinquenal (2001-2005) para 1,7% durante o 13º Plano Quinquenal (2016-2020).

Assim, num mundo marcado pela diplomacia presidencial, onde nomes de chefes-de-estado e dos próprios países se confundem, no qual o encontro de líderes globais cria imensa repercussão, a figura presidencial chinesa está sendo fortalecida internamente, ganhando momento para uma projeção internacional mais assertiva. Na COP-26 em Glasgow, que tratamos no informe passado, a ausência de Xi foi mencionada pela imprensa internacional como sendo representativa de um descompromisso com o encontro. Entretanto, foi depois revelado que não foi dada a oportunidade de participação via videoconferência. De acordo com um porta-voz do governo do Reino Unido, os organizadores vetaram a participação remota porque queriam participação presencial.

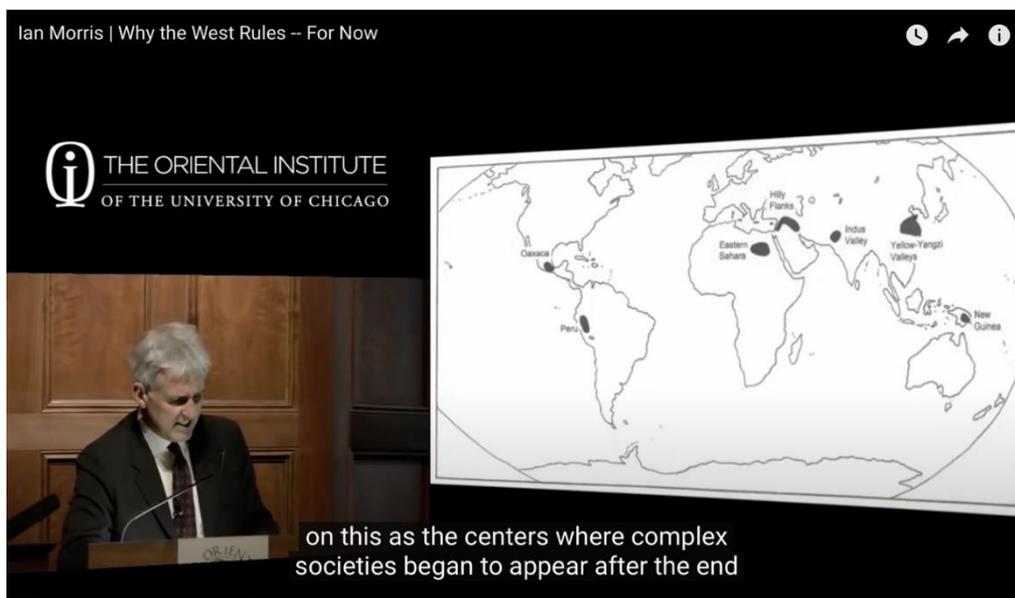
Sanitária

A vacinação de crianças entre 3 e 11 anos continua avançar, já alcançando 85 milhões de menores. O objetivo é vacinar todas as crianças sem contraindicações até o fim do ano.

O setor farmacêutico chinês continua a se expandir interna e externamente. Além das vacinas para Covid-19, o país tem elevado sua produção de outros tipos de vacina, como para hepatite e pneumonia. Internamente, a vacina da Pfizer já possui um concorrente interno, que é 15% mais barato.

Socioeconômica

A Reuters divulgou um amplo estudo linguístico genético e arqueológico que indica que as línguas turca, japonesa e coreana possuem em comum a ancestralidade com agricultores do nordeste Chinês, há cerca de 9 mil anos. Abaixo, um esboço da região que seria a raiz linguística desses idiomas em uma comparação com outros locais onde sociedades complexas evoluíram após o fim da última Era do Gelo.



Centros onde sociedades complexas começaram após o fim da era do gelo, em palestra do historiador Ian Morris

O Hospital Infantil da Universidade de Fudan anunciou na semana passada o início do tratamento especializado para crianças e adolescentes transgêneros. O objetivo da nova clínica é “reduzir as emoções negativas” e “melhorar suas relações familiares” por meio de avaliação, diagnóstico e intervenção multidisciplinar. É a primeira iniciativa do tipo na China³¹.

http://portuguese.news.cn/2021-11/12/c_1310307003.htm

<https://www.globaltimes.cn/page/202111/1238849.shtml>

<https://www.globaltimes.cn/page/202111/1238804.shtml>

<https://www.state.gov/u-s-china-joint-glasgow-declaration-on-enhancing-climate-action-in-the-2020s/>

<https://ihsmarkit.com/research-analysis/chinas-dualcontrol-implementation-a-tight-balancing-act-amid-t.html>

http://www.ncsc.org.cn/yjcg/zlyj/202108/t20210821_858587.shtml

<https://thehill.com/policy/international/china/579551-china-says-xi-not-offered-option-of-delivering-video-remarks-at-un?rl=1>

http://portuguese.news.cn/2021-11/14/c_1310310048.htm

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-11-03/made-in-china-covid-vaccines-go-global-so-do-its-shots-for-pneumonia-hepatitis>

<https://www.reuters.com/world/china/japanese-korean-turkish-language-group-traced-farmers-ancient-china-2021-11-10/>

<https://www.youtube.com/watch?v=wngS7G3LmMo>

<https://www.sixthtone.com/news/1008904/chinas-first-clinic-for-trans-youth-a-good-step,-advocates-say->

³¹ <https://www.sixthtone.com/news/1008904/chinas-first-clinic-for-trans-youth-a-good-step,-advocates-say->

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ **Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Em **2021**, já foram produzidos **19** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS também vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 já foram realizados **26** seminários, que podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

Próximos seminários

Dia 24 de novembro – Seminário 26 – ***Mudanças climáticas, biodiversidade e saúde: Avanços e retrocessos em Glasgow e Kunming – O mundo não pode mais esperar***

Os seminários serão transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ: Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 19/2021

Período de 02 a 15 de novembro

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2021.

64 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.